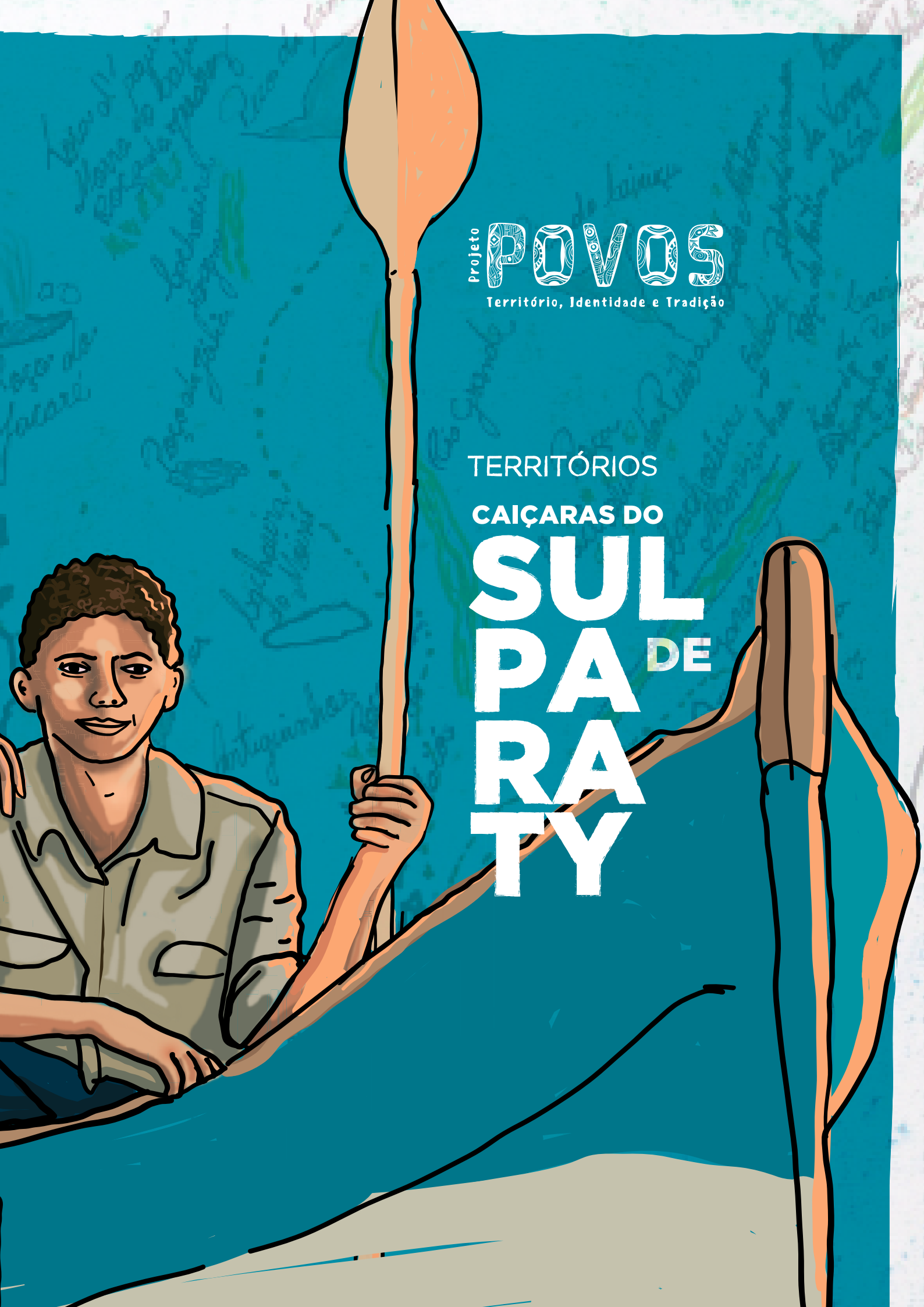
Projeto POVOS

Território, Identidade e Tradição

TERRITÓRIOS

CAIÇARAS DO SUL DE PARATY



SINTONIA DAS MARÉS

Após dias no mar
e era sempre assim
o pai chegava marulhado
alijando-se das mil escamas
enredando nossa mãe e nós
por entre suas malhas de
ternura.

Depois, indo ao velho
Motorádio
a mãe espirituosa
sintonizava-se
entre ondas médias e curtas

sempre repousando um copo
d'água limpa
em oblação
ao Todo Poderoso Deus Peixe.

Flávio de Araújo, poeta da
Praia do Sono.

Territórios caiçaras do sul de Paraty 2021

Executante

FioTec
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE

Empreendedor

BR PETROBRAS

Órgão Licenciador

IBAMA
MMA

A realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.

Parceiros

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
ANGRA • PARATY • UBATUBA

SUS

CONAQ
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

COORDENAÇÃO NACIONAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA
CGY

Realização:
Comunidade Caiçara da Trindade
Comunidade Caiçara da Praia do Sono
Comunidade Caiçara da Ponta Negra
Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS)
Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT)
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Coordenação geral:
Fabiana Miranda

Coordenação de Campo:
Cristiano Lafetá

Pesquisadores de Campo:
Raquel Albino, Jadson dos Santos

Textos:
Cristiano Lafetá, Anna Maria Andrade, Fabiana Miranda, Gabriela Murua e Allan Wu

Revisão Técnica:
Vinícius Carvalho, Aline Tavares, Anna Maria Andrade

Mapas:
Janaina Cassiano dos Santos, João Oswaldo Cruz, Nicholas Saraiva, Tiê Passos

Fotos:
Anna Maria Andrade, Eduardo di Napoli, Felipe Scapino, Ricardo Martins Monge "Papu"

Projeto Gráfico e Editoração de Imagens:
Eduardo Di Napoli, Tiê Passos

Diagramação:
Eduardo Di Napoli, Tiê Passos

Ilustrações e infográficos:
Tiê Passos

Transcrição de Entrevistas:
Heloísa Vianna

OTSS - EQUIPE PROJETO POVOS:

Coordenação Geral:
Edmundo Gallo e Vagner Nascimento

Coordenação de Gestão Territorializada:
Fabiana Miranda

Coordenação de Campo / Povos:
Cristiano Lafetá, Anna Maria Andrade, Gabriela Muruá

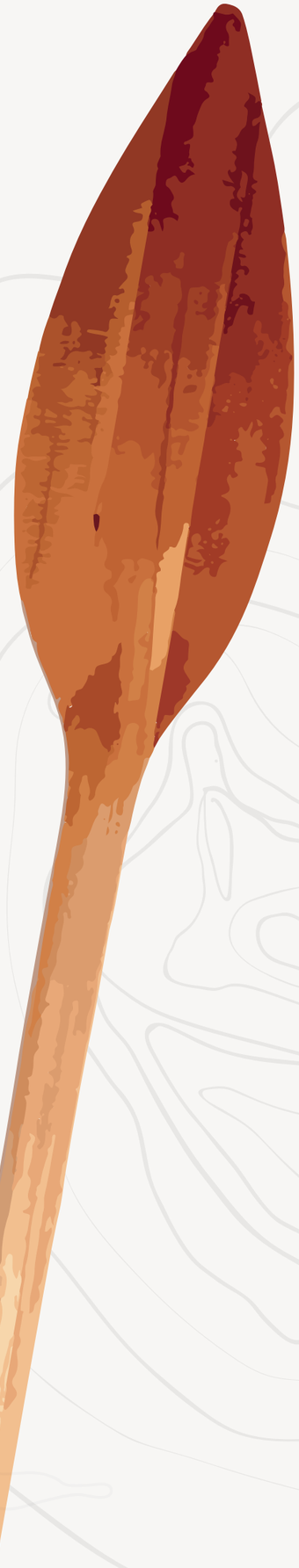
Pesquisadores de Campo (FCT) / Povos:
Alexandre Karai Benite, Ana Carolina Santana Barbosa, Ariane Rosa Martins, Carolina Santos, Fabiana Ramos, Ivanildes Pereira, Luisa Vilas Boas Cardoso, Francisco Xavier, Guilherme Euler, Lohan dos Santos, Sergio Reis, Vagno Martins, Julio Garcia Karai, Santiago Bernardes, Neimar Lorenço

Coordenação de Comunicação:
Vinícius Carvalho, Eduardo Di Napoli, Felipe Scapino, Vanessa Cancian, Tiê Passos

Coordenação de Governança e Gestão:
Leonardo Freitas, Aline Tavares, Alessandra Bortoni Ninis

Coordenação de Justiça Socioambiental:
Marcela Cananea, Thatiana Lourival

Validadores / Movimentos Nacionais:
Julio Garcia Karai, Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)
Marcela Cananea, Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC)
Ronaldo dos Santos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)



TERRITÓRIOS

CAI«ARAS DO SUL PA RA TY

ÍNDICE

Projeto Povos 08
Entendendo o Pré-Sal 10
Como estes mapas são feitos 14
Como usar esses mapas a favor da comunidade 16

Territórios caiçaras do Sul de Paraty 18
Introdução 22
Trindade 36
Praia do Sono 72
Ponta Negra 98

Mapas
Territórios tradicionais caiçaras no microterritório Sul de Paraty 20
Trindade 68
Trindade 70
Praia do Sono 97
Ponta Negra 120

Pela primeira vez,
nós por nós mesmos.

Nós, os povos tradicionais
de Angra dos Reis, Paraty
e Ubatuba, dizendo
quantos somos, como
vivemos e o que buscamos
para a plena realização
dos nossos direitos.

Projeto Povos:
Território, Identidade e Tradição

Conheça a mais abrangente iniciativa de cartografia social já realizada na Bocaina. Protagonizada pelas próprias comunidades, caracterização envolve territórios indígenas, quilombolas e caiçaras de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP)

Qual é exatamente o território tradicionalmente ocupado pelos quilombolas? Quais são as condições de saneamento dos indígenas? E quais são os desafios dos caiçaras em relação ao acesso à educação? Estas são apenas algumas das informações que serão reveladas pelo Projeto Povos, iniciativa que vai colocar de vez, no mapa do Brasil, os territórios de 64 comunidades e localidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).

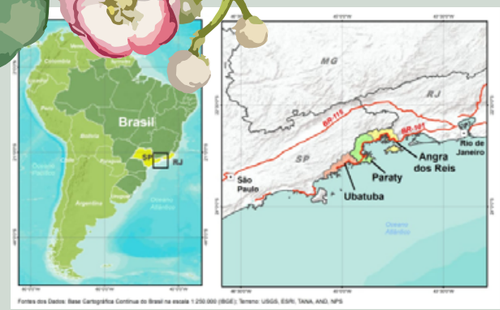
Reivindicação histórica do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), a realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, para a produção de petróleo e gás pela Petrobras na Bacia de Santos. Quem executa é o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre o FCT e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Participam também a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Comissão Guarani Yvyrupá (CGY) e a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), que completam o conselho do projeto com a missão de garantir que todos os direitos das comunidades sejam respeitados.

O Projeto Povos utiliza metodologias de cartografia social que permitem às comunidades desenhar, com ajuda de profissionais, mapas dos territórios que ocupam. Este tipo de mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais e é um instrumento utilizado para fazer valer os direitos desses grupos frente a grandes empreendimentos, problemas relacionados à grilagem de terras e ao não cumprimento de leis que dizem respeito à delimitação de terras indígenas, à titulação de territórios quilombolas e à regularização fundiária de territórios caiçaras, entre outros.

Caracterização de 64 territórios tradicionais ocorre até 2023

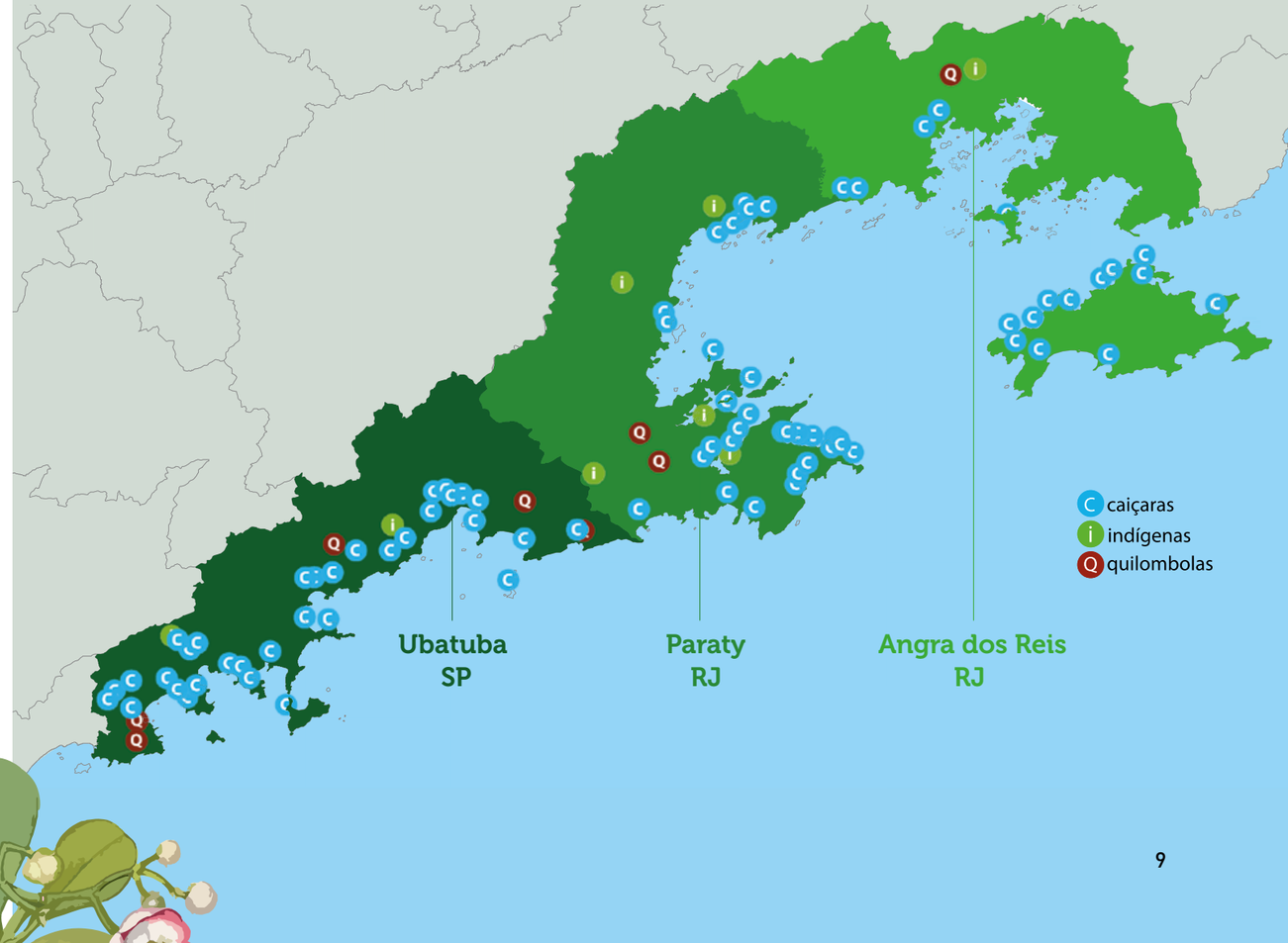
Além de informações técnicas, os mapas sociais são construídos de forma participativa e apresentam o cotidiano de uma comunidade em linguagem simples e acessível. Neles, são colocados espaços de roças, rios, lagos, casas, equipamentos sociais como unidades de saúde e escolas e outros elementos que as populações envolvidas considerem importantes. Aliás, são as comunidades que decidem o que querem caracterizar. No Projeto Povos, nenhuma informação é tornada pública sem a prévia autorização das comunidades envolvidas e das representações nacionais dos povos e comunidades tradicionais (Conaq, CGY e CNCTC).



Onde o Projeto Povos ocorre?

O Projeto Povos ocorre nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Para sua realização, foram definidos 11 agrupamentos de territórios que reúnem laços culturais, ambientais e territoriais comuns. É o caso, por exemplo, do agrupamento de territórios tradicionais do Carapitanga, que partilham a mesma Sub-Bacia Hidrográfica em Paraty (RJ).

Uma observação importante é que esta organização em agrupamentos de territórios – ou microterritórios - não quer dizer que as comunidades caracterizadas não tenham fortes e profundos laços com outras comunidades. Ou seja, essa divisão apenas ajuda a organizar os trabalhos de campo do projeto.



Entendendo o Pré-Sal

O Projeto Povos é resultado de uma condicionante do licenciamento ambiental federal para a exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal na Bacia de Santos. Mas você sabe o que isso tem a ver com as comunidades tradicionais?

Para que um grande empreendimento possa ser construído, ele precisa antes receber uma licença ambiental que é concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para receber essa licença, quem constrói o empreendimento tem que cumprir também uma série de condições para mitigar ou compensar seus impactos sociais e ambientais.

O Projeto Povos é uma destas condições, e foi exigido da Petrobras pelo Ibama para que as comunidades tradicionais da Bocaina possam entender e se manifestar sobre potenciais impactos da exploração de petróleo na Bacia de Santos sobre seus territórios. Outro objetivo é disponibilizar mais informações sobre as comunidades para que suas reivindicações possam ser levadas em conta pelo Ibama quando houver algum novo pedido de licença para grandes empreendimentos na região.

O que é o petróleo?

O petróleo é um recurso natural muito importante na produção de energia em todos os países do mundo. Além de ser combustível utilizado nos veículos de transporte – carro, ônibus, caminhão, avião – ele também está presente no plástico que compõe muitos dos equipamentos eletrônicos (como celulares, computadores) e eletrodomésticos, além de ser muito utilizado em embalagens. Tem petróleo também em cosméticos (como batons), pasta de dente e até em roupa.

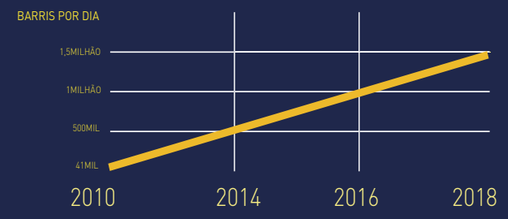
O óleo do Pré-sal é um tipo de petróleo extraído de camadas ultraprofundas embaixo do mar

1984	2018
PÓS-SAL	**PRÉ-SAL**
4.108 POÇOS	**77** POÇOS
500 MIL BARRIS POR DIA	**1,5 MILHÃO** BARRIS POR DIA

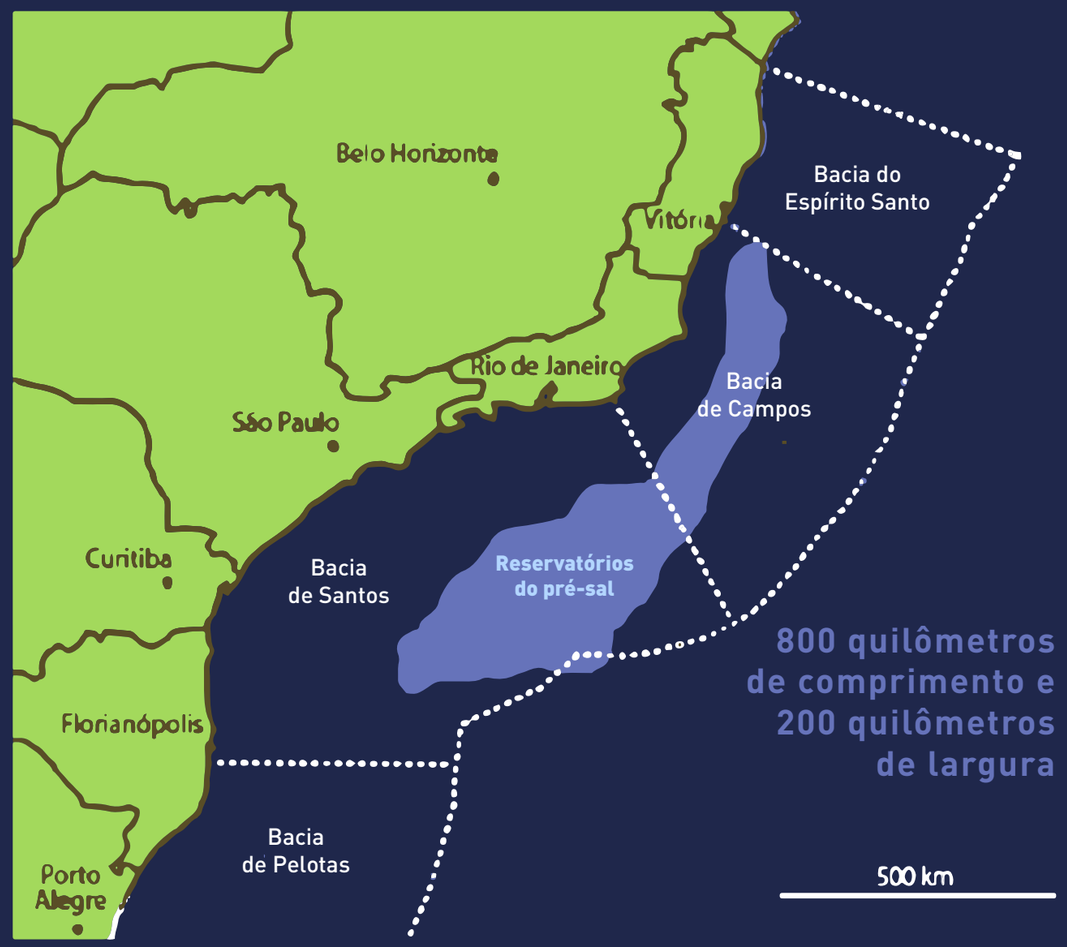
O que é o Pré-sal?

O Brasil não era considerado um país importante na produção mundial de petróleo até a descoberta do Pré-sal, em 2007. Pré-sal é um tipo de petróleo extraído de camadas profundas embaixo do mar. Como se vê na ilustração abaixo, esse petróleo está localizado em um agrupamento de rochas localizadas em águas ultra profundas em baixo de uma camada de sal, por isso pré-sal. Ou seja, "antes do sal".

Produção média de petróleo no Pré Sal



Onde fica o Pré-sal?



A área de influência do pré-sal mede cerca de 800 quilômetros de comprimento e 200 quilômetros de largura e está entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, passando, também, por territórios tradicionais localizados no litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro.

O volume produzido por poço no pré-sal da Bacia de Santos, onde estão essas populações, está muito acima da média da indústria de óleo e gás. Dos dez poços com maior produção no Brasil, nove estão localizados nessa área.

O que tem no pré-sal?

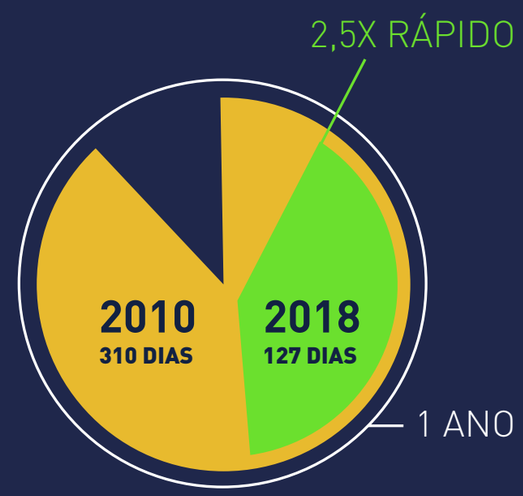
Para se ter uma noção do que significa a descoberta do pré-sal, é possível que o Brasil duplique sua produção de petróleo em aproximadamente 10 anos. Entre 2006 e 2007, as reservas do país somavam cerca de 14 bilhões de barris de petróleo. Com essa descoberta, é possível que as reservas atinjam entre 50 a 80 bilhões de barris. Cada barril de petróleo tem o volume aproximado de 158,98 litros.

O que isso significa para as comunidades?

É tão grande a estrutura necessária para a exploração do petróleo no mar que faz com que o Pré-sal seja definido como um Megaempreedimento, já que ele altera a dinâmica social, econômica, cultural e ambiental das cidades litorâneas onde ficam as reservas do Pré-sal.

Isso significa dizer que, além do risco de vazamentos, a estrutura do Pré-sal gera como consequências alterações no território marinho como, por exemplo, o aumento do número de grandes embarcações, mudanças no comportamento de cardumes e ampliação de portos para atender a demanda de transporte.

Tempo médio de construção de poços marítimos



E, também, alterações terrestres tais como o aumento do número de pessoas vindas de fora, que chegam para trabalhar na exploração de petróleo sem que haja, por vezes, uma melhoria equivalente na infraestrutura local como mais hospitais e escolas.

Como o licenciamento do Pré-sal funciona?

Megaempreedimentos como o Pré-sal precisam cumprir dois procedimentos legais para poderem se instalar em uma região. O primeiro é a Avaliação de Impactos Ambientais e o segundo é o Processo de Licenciamento Ambiental. A partir daí é feito o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que ajudam o Ibama a decidir se dá ou não a licença.

Depois, é necessário realizar audiências públicas para ouvir o que a população e o poder público têm a dizer sobre o empreendimento. No território da Bocaina, essas audiências aconteceram nas Etapas 1, 2 e 3 do Pré-sal. Sim, já estamos no processo da Etapa 4 desse empreendimento.

Esses procedimentos têm como objetivo avaliar os impactos causados pelo Pré-sal e propor condicionantes e compensações que amenizem ou compensem os impactos ambientais e sociais causados pela sua instalação.

Como estes mapas são feitos?

Com a participação de pesquisadores indígenas, caiçaras e quilombolas, o Projeto Povos mapeia só o que as comunidades querem caracterizar. Conheça, passo a passo, como se dá essa construção coletiva.

1) Chegança

Realizada com a participação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), a "chegança" é o passo inicial da caracterização. Ela envolve lideranças e articuladores locais para esclarecer dúvidas sobre o projeto e para garantir que os mapas sejam construídos por muitas mãos.

2) Mapa Falado

Nessa atividade, a comunidade é convidada a fazer um desenho livre, em um papel em branco, representando seu território. Neste desenho, o território e seus elementos vão surgindo a partir do exercício da memória e da definição, pela própria comunidade, do que ela quer e acha importante que seja caracterizado.

Ícones dos mapas do Projeto POVOS

3) Localizando o território no mapa

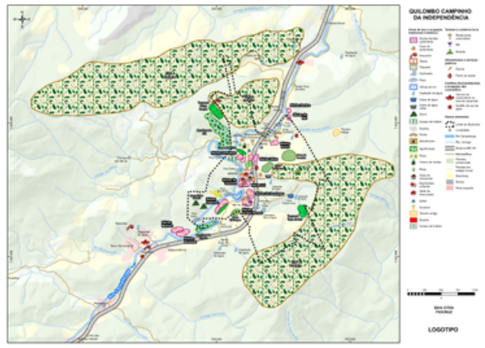
A etapa seguinte consiste na transposição do mapa falado para uma foto de satélite, localizando os elementos do desenho em uma base georeferenciada. Nesta etapa, o objetivo principal é garantir que os participantes consigam dimensionar seu território em um mapa e visualizar demais delimitações territoriais já estabelecidas por órgãos governamentais, como Unidades de Conservação e demarcações já realizadas.

4) Refletindo o Território

Depois, é hora de apresentar à comunidade a primeira versão do mapa final e validar com os participantes cada dado coletado. Um momento, também, para corrigir eventuais erros e acrescentar informações importantes que não tenham aparecido nas etapas anteriores.

5) Nosso mapa

A última etapa se divide em dois momentos. O primeiro consiste em revisitar o material produzido durante toda a caracterização e validar coletivamente o mapa final. Em sequência, a comunidade define quais informações quer que se tornem públicas e quais prefere que sejam de uso restrito da comunidade.



6) Ganhando o mundo

Percorrido esse caminho, o material segue para impressão e é devolvido para as comunidades. Também validadas pelas comunidades e suas representações nacionais, as publicações finais são distribuídas para bibliotecas e órgãos de governo e da sociedade civil cuja atribuição seja zelar pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais da Bocaina.

Como usar estes mapas a favor das comunidades

Os mapas construídos pelas comunidades são instrumentos de promoção de direitos. Entenda algumas das formas como eles podem ser utilizados para a defesa dos territórios tradicionais

Garantia de territórios:

O projeto não assegura que haverá titulação, demarcação ou regularização fundiária de territórios tradicionais. Mas irá contribuir para que as reivindicações das comunidades cheguem aos órgãos competentes responsáveis por fazer isso.

Acesso a políticas públicas:

O projeto também não construirá infraestruturas nas comunidades, mas vai contribuir para levar ao conhecimento dos governos e órgãos públicos qual é a situação de cada comunidade em relação a serviços e equipamentos públicos nas áreas de educação, saúde, saneamento, trabalho e renda, entre outras decididas pelas próprias comunidades.

Fortalecimento da educação diferenciada

Esta publicação e os mapas gerados pela cartografia social podem ser usados nas escolas pelos professores para aproximar os conteúdos curriculares à realidade vivida pelos estudantes em suas comunidades.

Qualificação de licenciamento ambiental:

Outra conquista importante é que estes dados passarão a ser consultados pelo Ibama quando houver uma nova solicitação de licença ambiental para grandes empreendimentos que possam impactar as comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Segurança alimentar e nutricional:

O projeto permitirá às comunidades ampliarem seus conhecimentos sobre as espécies agrícolas manejadas por elas e também por suas comunidades vizinhas. Isso fortalece o conhecimento do território e facilita possíveis trocas de sementes e de técnicas de plantio.

Práticas de saúde:

O projeto permitirá também às comunidades ampliarem seus conhecimentos sobre as práticas de cuidado corporal e espiritual utilizadas por ela e por suas comunidades vizinhas. Isso também facilita possíveis trocas de sementes e de conhecimentos em relação a procedimentos de cura e prevenção a partir das plantas medicinais.

Fortalecimento do FCT:

O mapa feito pela comunidade contribuirá também para fortalecer as bandeiras de luta do Fórum de Comunidades Tradicionais nas áreas de Turismo de Base Comunitária, Educação Diferenciada, Saneamento Ecológico, Economia Solidária e Agroecologia e a combater todas as formas de racismo e violência contra as comunidades.

CAIÇARAS DO SUL DE PARATY

TERRITÓRIOS TRADICIONAIS CAIÇARAS NO MICROTERRITÓRIO SUL DE PARATY

Limite Microterritório Sul de Paraty

Locais de ocupação e uso tradicional

Caiçara

Relações e fluxos intercomunitários, rotas de pesca e comércio

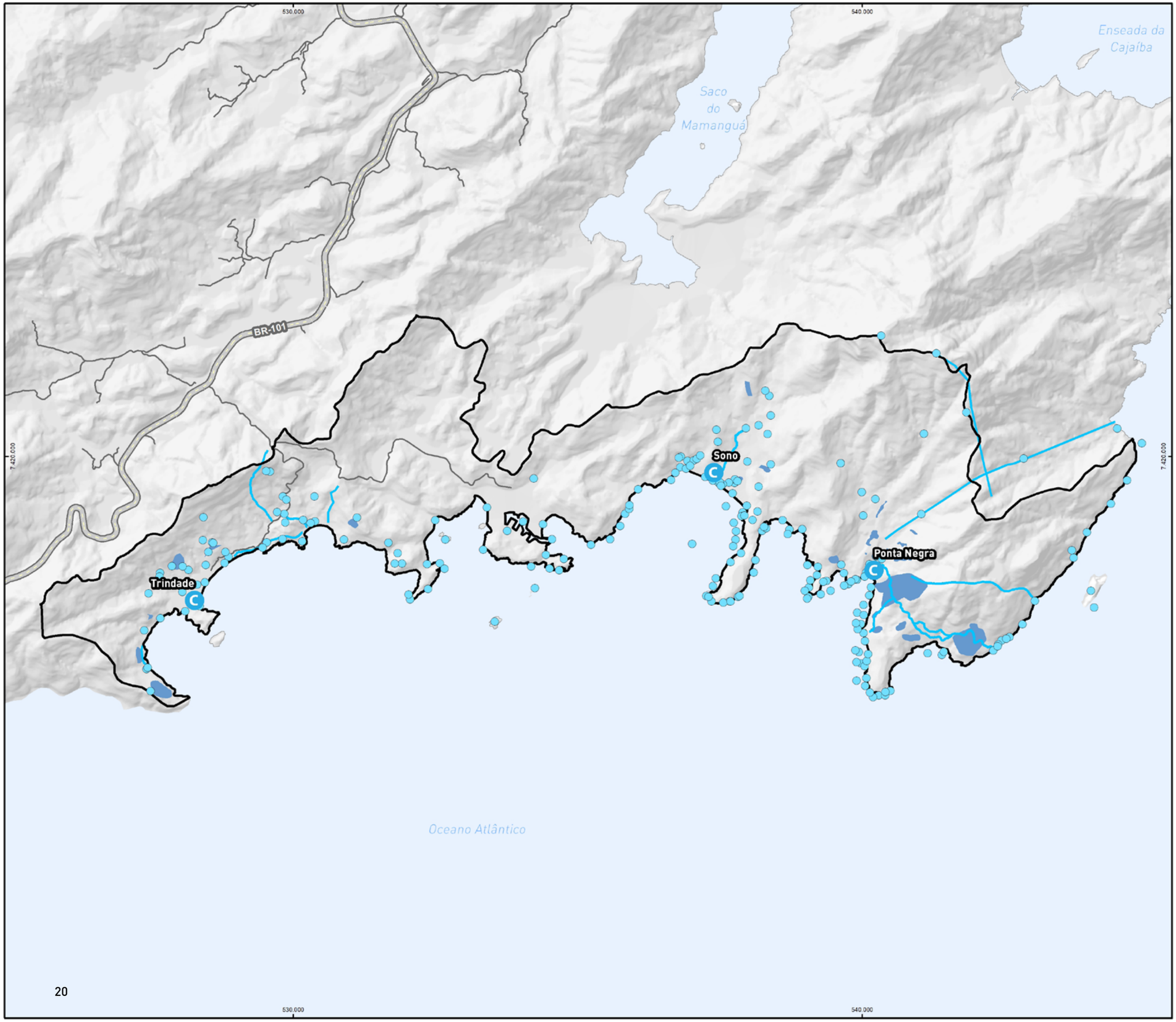
Caiçara

Territórios e áreas de uso tradicional

Caiçara

Rodovia BR-101

Outras Estradas



N
W E
S

0 1,5 3
km

TERRITÓRIO MARINHO TRADICIONAL DO SUL DE PARATY

Limite do MT Territórios Tradicionais do Sul de Paraty

Locais e áreas de pesca tradicional

- Arpoador; Pesca de arpão
- Buraco
- Cerco de pesca
- Costeira
- Enseada; Saco
- Ilha; Ilhote
- Lajes e parcéis
- Marisqueira; Pesca de mexilhão
- Pesca artesanal; Pesqueiro
- Pesca de lula
- Ranchos de pesca
- TBC
- Área de pesca artesanal
- Área de pesca de lula
- Área de TBC
- Rotas marítimas
- Trilha

BR-101

Laranjeiras (Vila Oratório)

Praia do Sono

Saco das Anchovas

Cairuçu das Pedras

Ponta Negra

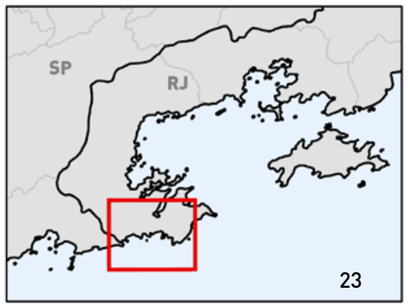
Trindade

530.000 537.500 545.000

7.425.000 7.417.500 7.410.000

N W E S

0 1.000 2.000 m



Caiçaras do Sul de Paraty

A caracterização dos Territórios Caiçaras do Sul de Paraty é resultado de um processo de pesquisa-ação realizado com o protagonismo das comunidades caracterizadas, que contam suas histórias, narram seus modos de vida e mapeiam seus territórios de vida.

Os territórios tradicionais localizados mais ao sul de Paraty são marcados por um litoral bastante recortado – com costões rochosos, muitas entrâncias, pequenas baías e enseadas – e por morros que chegam a ultrapassar os 1.000 metros de altitude (Pico do Cairuçu), formando íngremes vales por onde descem rios e riachos. Reúne as comunidades caiçaras de Trindade, Laranjeiras/Vila Oratório, Praia do Sono e Ponta Negra; além de praias hoje inabitadas, como Antigos, Antiguinhos, Galhetas e Brava da Trindade.

Trindade, Praia do Sono e Ponta Negra são três comunidades caiçaras e compartilham aspectos socioculturais, socioeconômicos e socioambientais. Estão intimamente relacionadas ao ambiente, sendo impossível dissociar os elementos próprios da cultura daqueles ambientais. A Mata Atlântica, as restingas, os mangues e o mar contam muito sobre o modo de vida caiçara, suas técnicas de pesca, a forma como manejam a floresta e se relacionam com os bens naturais.

As três comunidades enfrentam a especulação fundiária, com a presença de grileiros e veranistas. O caso de Trindade é emblemático, pois a grilagem é institucionalizada por empresa de sociedade anônima. Praia do Sono e Ponta Negra enfrentam o assédio da família Tanus, que alega ser dona de quase toda a península da Juatinga/Cairuçu.

O condomínio Laranjeiras é outro fator de conflito na região, limitando o ir e vir e impondo restrições e constrangimentos aos comunitários das três comunidades.
Todo o microterritório é sobreposto pela Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu. Trindade é parcialmente sobreposta pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina. Já a Praia do Sono e Ponta Negra são totalmente sobrepostas pela Reserva Ecológica Estadual da Juatinga.

O próximo capítulo apresenta uma visão geral dos territórios do Sul de Paraty, com dados sobre infraestrutura, serviços públicos e UC's sobrepostas. A seguir, há o aprofundamento da caracterização e a cartografia social de cada uma das comunidades.

RESULTADOS GERAIS

As comunidades aqui apresentadas possuem muitas características em comum. Tratam-se de territórios caiçaras bastante preservados, com suas populações de pescadores-agricultores vivendo em sintonia com a natureza e reproduzindo sua cultura e seus modos de ser e fazer. Neste capítulo, são trazidos alguns elementos gerais da caracterização dos territórios tradicionais de Trindade, Praia do Sono e Ponta Negra, especialmente na qualificação da infraestrutura e dos serviços presentes. Em seguida, há o aprofundamento da pesquisa em cada uma das comunidades.

População

Os dados de população são apresentados por estimativa dos entrevistados em cada comunidade. Foi feita uma ponderação demográfica com dados do Censo 2010 (IBGE), da Estratégia Saúde da Família (SUS/Pref. de Paraty) e da Assistência Social (SUAS/Pref. de Paraty). Importante destacar que o número de pessoas não-tradicionais não reflete o número de construções/casas de veraneio e locação por temporada, construídas e operadas por não tradicionais.

Os números flutuam em épocas do ano e por migração (por casamento e separação) interna à península da juatinga. A pandemia também resultou na volta de antigos moradores às comunidades. Ressalva-se a importância de realizar o "censo caiçara" no território sobreposto pela REEJ.

TABELA: POPULAÇÃO ESTIMADA EM CADA COMUNIDADE DO MT

	Total estimado	Caiçaras (estimado)	Outros (estimado)
Trindade	1.600 pessoas	900 pessoas	700 pessoas
Praia do Sono	450 pessoas	400 pessoas	50 pessoas
Ponta Negra	250 pessoas	240 pessoas	10 pessoas

Infraestrutura e políticas públicas

SAÚDE

Trindade possui um posto-polo (UBS) com equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF); a Praia do Sono empresta a sede de sua associação de moradores para uso como posto de saúde, durante as visitas da equipe do ESF. Na Ponta Negra, foi recentemente inaugurada uma sala em uso como posto. As equipes do ESF visitam a Ponta Negra e a Praia do Sono com periodicidade semanal. Há agentes comunitários de saúde nas três comunidades. Porém, as visitas das equipes da ESF sofrem influência tanto de efeitos climáticos e da navegabilidade, quanto da própria gestão municipal de saúde – especialmente na contratação, temporária, dos agentes comunitários.

O conhecimento tradicional do uso de ervas, raízes e paus para o cuidado com a saúde ainda é praticado. Ainda há a realização de partos "em casa", com apoio de parteiras locais. Porém, os relatos contam sobre as dificuldades em registrar crianças não nascidas no hospital ou sob supervisão de médico-obstetra.

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

Em Paraty, há um atuante Coletivo de Educação Diferenciada, que é uma iniciativa do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT), com apoio do OTSS, do Instituto de Educação da Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF), UFRJ , do Colégio Federal Pedro II (CPII), da Secretaria Municipal de Educação de Paraty e de professores e pesquisadores entusiastas da causa.

O Coletivo tem forte atuação junto à escola municipal Martim de Sá, na Praia do Sono, onde, juntamente com a escola do Pouso da Cajaíba, foram implantadas atividades de educação diferenciada caiçara, respeitando-se a cultura e o modo de vida locais. É conquista do movimento social a ampliação da oferta de turmas nessas escolas, com a implantação do segundo segmento do ensino fundamental (6º ao 9º ano), possibilitando às crianças e jovens uma permanência maior em suas comunidades e contribuindo para a manutenção de suas famílias em seus próprios territórios.

"O terreno onde hoje funciona a Escola Municipal Saulo Alves da Silva (em Trindade), havia sido emprestado para a prefeitura, pelo meu pai, o Manuel Lopes, para a construção da primeira sala de aula provisória. À época, a promessa do município era a de construir a escola, em prédio definitivo, em outro lugar da vila. Porém, na primeira década deste século, a prefeitura construiu o prédio atual neste terreno"

Taís Lopes, membro da diretoria da AMOT

A participação efetiva do FCT em processos de controle social, com destaque para a Conferência Municipal de Educação, garantiu a educação diferenciada caiçara como diretriz do Plano Municipal de Educação de Paraty. E os exemplos de conquistas da Praia do Sono e do Pouso da Cajaíba inspiraram política pública e garantiram, mais recentemente, a implantação do segundo segmento do ensino fundamental também à escola municipal da Ponta Negra e da Trindade. A estrutura escola da Ponta Negra é insuficiente para a demanda de todo o ensino fundamental (1 e 2), exigindo-se a construção de novas salas de aula.

As três comunidades demandam implantação de creches e escolas de educação infantil (até os 6 anos). Para continuar os estudos no ensino médio, os jovens das três comunidades devem se deslocar até o Centro de Paraty, para estudar em escolas da rede estadual de ensino, tais como o CEMBRA e o CIEP Dom Pedro II.

CAMINHOS

O acesso à Trindade é feito por estrada asfaltada, em descida íngreme, com curvas acentuadas, sem acostamento. É considerado um acesso perigoso pelos moradores e turistas. Já o acesso às comunidades da Praia do Sono e da Ponta Negra é feito, principalmente, por barco, a partir de cais do condomínio Laranjeiras. Para chegar ao cais, moradores e turistas são obrigados a utilizar serviço de van ofertada pelo condomínio, que impede a entrada de carros particulares e pedestres. Outra forma de acesso é por trilhas, que são mantidas pelas comunidades com apoio de guardas ambientais do Inea. O caminho a pé até a Praia do Sono leva de 40 minutos a uma hora. Já para chegar à Ponta Negra, é preciso disposição para uma caminhada que pode ultrapassar 4 horas.

TRANSPORTE

Há linhas de ônibus que ligam o centro de Paraty a Trindade e a Laranjeiras. Não há serviço público de transporte náutico para a Praia do Sono e a Ponta Negra.

Os valores cobrados pelos barqueiros particulares, mesmo que tenham valores diferentes para os moradores, ainda são caros para o padrão de vida e as necessidades cotidianas do ir e vir.

Após as chuvas de abril de 2022, a condição da estrada de acesso a Trindade ficou ainda pior. Para evitar acidentes, os ônibus da linha municipal foram substituídos por microonibus, que, em quantidade e horários insuficientes, não dão conta da demanda. A situação é ainda mais preocupante com a chegada da temporada de verão. Trabalhadores do comércio, pousadas e demais serviços turísticos de Trindade, que não moram na vila e dependem do transporte, não conseguem chegar no trabalho no horário e, tal situação, tem obrigado os empregadores locais a contratar transporte suplementar privado.

SANEAMENTO

Não há redes de coleta de esgoto operadas por empresa pública ou concessão em nenhuma dessas comunidades. Em Trindade, após mobilização popular motivada por morte de criança por doença de veiculação hídrica, a própria comunidade, contando com apoio externo, implantou uma rede de coleta de esgoto e uma estação de tratamento. Porém, a ETE nunca chegou a funcionar, sendo embargada tanto pelo Inea (por falta de licenciamento), quanto pelo PNSB/ICMbio (por estar em área do parque). Na Praia do Sono, há sistemas ecossanitários (fossas de evapotranspiração, zona de raízes e outras tecnologias) implantadas pelo OTSS em algumas residências, na escola e na sede da AMO-Sono, como projeto de pesquisa e com o objetivo de disseminar as tecnologias e

contribuir para o saneamento na comunidade. Na Ponta Negra, o esgoto doméstico é jogado em fossas comuns e valas de infiltração, sem qualquer tratamento. Por solicitação da associação de moradores, está em andamento um projeto da prefeitura para a implantação de biodigestores, para o tratamento do esgoto doméstico na Ponta Negra. Outro problema relacionado ao saneamento é a questão das chamadas “águas cinzas”, que não são vistas como sujas e são despejadas diretamente sobre o solo e nos cursos d’água.

Os sistemas de abastecimento de água das três comunidades foram implantados pelas próprias e, hoje, contam com manutenção de comunitários com assistência técnica de empresa contratada pela prefeitura, por meio do recém-criado Departamento de Água e Esgoto de Paraty (DAE).

Em Trindade, há coleta regular de resíduos sólidos. Praia do Sono e Ponta Negra contam com coleta realizada por barco, em calendário nem sempre respeitado, devendo os moradores levar o lixo em botes até a embarcação maior, que é obrigada a dar a volta em toda a península, por não poder desembarcar e transbordar os resíduos para caminhões de coleta no condomínio Laranjeiras.

Os comunitários informam que a maior parte dos resíduos gerados são recicláveis (os restos orgânicos alimentam galinhas ou são usados como adubo); porém, não há coleta seletiva e, no caso das comunidades do Sono e da Ponta Negra, a possibilidade de coleta seletiva esbarra na negativa do Condomínio Laranjeiras em receber os resíduos e realizar, ali, o transbordo.

Unidades de Conservação

REEJ

A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ) é uma Unidade de Conservação (UC) gerida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA). Ela foi criada em 30 de outubro de 1992 pelo Decreto Estadual nº 17.981, e ocupa uma área de 9.959,67 hectares, integralmente no município de Paraty, mais especificamente na península da Juatinga ou do Cairuçu (o nome da península varia conforme o interlocutor).

Trata-se de uma UC implantada anteriormente à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e cuja categoria não se enquadra a tal sistema. Seu propósito original foi o de preservar o modo de vida caiçara e o ambiente natural essencial à sua reprodução. Porém, a gestão da UC, historicamente, impôs restrições e penalizações às comunidades, com a criminalização de práticas tradicionais, tal como o manejo de roças pela técnica do 'pousio', além disso, a UC é restritiva à novas construções, sendo considerada "não edificante".

Desde a criação do SNUC, gestores da UC e representantes das comunidades debatem sua recategorização, sem, no entanto, terem chegado a um consenso sobre qual categoria seria a mais adequada no sentido de garantir a salvaguarda socioambiental das comunidades sobrepostas. Atualmente, seu conselho consultivo encontra-se inativo, segundo site do próprio INEA e não possui plano de manejo. A UC está sobreposta às comunidades da Praia do Sono e da Ponta Negra.

APA DE CAIRUÇU

A Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (APA de Cairuçu) é uma Unidade de Conservação federal gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ela foi criada em 27 de dezembro de 1983 pelo Decreto Federal Nº 89.242, e ocupa uma área de 33.800 hectares, integralmente no município de Paraty. É uma UC de Uso Sustentável que abarca toda a porção sul do município, a partir da margem direita do rio Mateus Nunes, além de 63 ilhas pertencentes a Paraty.

O plano de manejo da APA de Cairuçu foi atualizado de forma participativa no âmbito de seu conselho gestor, com atuação expressiva das comunidades sobrepostas e apoio técnico do próprio ICMBio, sem a intermediação de consultorias externas. Tal revisão do plano foi motivada pelo Decreto Federal nº 8.775, de 11 de maio de 2016, e a redação final, com o novo zoneamento, foi aprovada pela Portaria do ICMBio nº 533, de 24 de maio de 2018. A UC se sobrepõe a todo o microterritório.

PNSB

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral gerida pelo ICMBio. Foi criado durante o regime militar pelo Decreto Federal 68.172, em 1971. O vasto território de 134.000 hectares – reduzido no ano seguinte para 104.000 hectares (Decreto Federal 70.694/72) – abrange diversas cidades históricas paulistas (São José do Barreiro, Areias, Ubatuba e Cunha) e fluminenses (Paraty e Angra dos Reis) em territórios de grandes altitudes, atingindo cerca de 2.000 metros acima do nível do mar. Seu plano de manejo foi concluído em 2001 e aprovado em 2002 pela Portaria IBAMA nº 112/2002.

O PNSB se sobrepõe parcialmente ao território de Trindade, abarcando as praias do Meio e do Caixa d'Aço e áreas da vila, incluindo construções como o mercado de peixes e a estação de tratamento de esgoto, que se encontra desativada e sob embargo (ver mais sobre o PNSB no capítulo específico da caracterização de Trindade).

Nas próximas páginas, seguiremos os caminhos das comunidades, trazendo os resultados do processo de caracterização em cada uma delas, organizadas em grupos conforme trabalhados nas oficinas, da seguinte forma: 1. Trindade; 2. Praia do Sono; e 3. Ponta Negra.

Resumo das ações do Projeto POVOS nos territórios caiçaras do sul de Paraty

+de **30** comunitários participando ativamente

250 elementos mapeados na cartografia social

15 entrevistas realizadas

12 oficinas de caracterização

3 mapas falados

6 mapas de satélite

6 atividades de mobilização e campo

TERRITÓRIOS

CAI«ARAS DO SUL PARATY

Resultados por território tradicional

Alexandre Lopes, mestre canoeiro da Trindade

Trindade

Trindade é uma comunidade caiçara localizada no extremo sul do estado do Rio de Janeiro. É a maior de Paraty, com mais de 1.500 moradores, e composta pelas praias Brava da Trindade, do Cepilho, de Fora, dos Ranchos, do Meio e do Caixa d'Aço. Após essa praia, há a piscina natural do Caixa d'Aço e a Pedra da Cabeça do Índio, que marca a fronteira com o estado de São Paulo.

“A vida aqui nossa, nós vivemos aqui na roça. Meu pai era caiçara. Ele pescava, ele fazia farinha, ele caçava. Era o serviço do meu pai. Depois meu pai morreu, e eu fiquei com minha mãe, meus irmãos e continuava a mesma coisa - como caiçara. A gente fazia farinha, a gente pescava, a gente cortava arnica para a gente vender, para sobreviver. Era a vida da gente, a vida era essa, não tinha outro emprego. Marisco, tirava muito marisco. Meu pai tirava a canoa. A casinha era uma casinha de sapê e quando a casa ficava velha, a gente fazia outra. E fomos vivendo assim. Depois que entrou a Companhia, aí o pessoal foi vendendo, foram saindo. Alguns ficaram e alguns saíram, porque tinha que sair mesmo, porque ameaçaram e tudo. E a gente ficou e ficou na luta. A luta para a gente é a mesma, que era caiçara. A gente vive disso, a gente não vive de outra coisa porque a vida da comunidade é essa: é pescar, é tirar marisco”

Dona Carmira Rosa de Oliveira, agricultora, pescadora, marisqueira, vendedora de gelo e artesã de Trindade, 86 anos

TEMPOS E ESPAÇOS

“Na época da briga com a companhia [contra a especulação fundiária – fins da dec. 1970], Trindade era habitada há 450 anos. Agora tá com 500 anos de habitação, a Trindade (...) [estamos aqui] desde sempre, então essa geração já conhecia a geração antiga, antes dessa que eu conheci já existia outra geração mais antiga ainda. É misturado, tem descendência de índio e de... uns dizem que é de alemão, outros dizem que é de inglês. Dizem que tem essa descendência deles”

Seu Vitor Cardoso do Carmo, pescador, mestre canoeiro e artesão de Trindade, 72 anos

A história recente da Trindade é uma história de muita luta e resistência contra a especulação fundiária e o racismo ambiental. Na mesma época em que a BR 101 era aberta e cortava as comunidades de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, representantes de uma empresa multinacional, composta de acionistas anônimos, iniciaram uma investida contra os trindadeiros, dizendo-se dona de toda área entre o Morro do Cepilho e a Praia dos Ranchos (praticamente toda a área habitada naquele momento).

Prática comum dos grileiros à época, levaram búfalos que pisavam as roças e assustavam os moradores. E também ameaçaram os caiçaras com jagunços armados e papéis forjados. As ameaças levaram muitos trindadeiros a vender terras por valores simbólicos ou mesmo a abandonar suas casas e quintais, refugiando-se na mata e em cavernas entre Paraty e Ubatuba.

Trindadeiros em ato pela permanência em seu território na década de 70. Rever esta legenda....

Porém, a história da Trindade não começa com a abertura da BR 101, nem com o assédio do modo de desenvolvimento hegemônico sobre seu território. A geografia local, propícia à pesca e rica também em água doce, é ocupada desde sempre. Primeiro, por Tupinambás, depois europeus colonizadores e africanos escravizados. Dessa mistura, nasceu o caiçara, pescador-agricultor, com seus ranchos e casas de farinha, unidos às técnicas apreendidas e compartilhadas entre os povos e formando uma cultura única. Os trindadeiros circulavam por caminhos marítimos e trilhas entre as matas, relacionando-se com outras comunidades da vasta região da Bocaina.

Pista de skate construída pela Associação de Moradores de Trindade em área retomada da TDT.

> “[Meus bisavôs eram] tudo do Cachadaço. Tem um aí que é uma história literária, uma história literária que muita gente fala... Fala que pegou no laço, que era índia e que ele amarrou e trouxe. Tem essa história aí na família. Com a minha tataravó, que rolou essa história aí. (...) Meu avô, por exemplo, é bem claro, olho claro, olho azul, estereótipo europeu. E a minha avó não, é bem índia. Eu sou mais claro, puxei mais o meu avô”
>
> Davi de Paiva, jornalista de Trindade, 37 anos

A vida era sustentada pela pesca, pelas roças e pela caça. O pouco que não produziam, coisas como querosene de lampião e sal, eram compradas nas cidades de Paraty e Ubatuba, em troca de farinha e peixe. Essa é uma história comum à maioria das comunidades da região, que esteve isolada do país desde fins do Sec. XIX, devido ao declínio econômico da região pela abertura de novos portos em outros lugares e pela implantação de ferrovias que passavam longe dali, até a abertura da BR 101, na década de 1970.

> “Uma história bem legal da Trindade é que os caiçaras fizeram pressão para não sair daqui e os que saíram, muitos retornaram. É diferente de talvez outros lugares em que as pessoas venderam e foram embora. Até teve muita venda, por isso tem muita gente morando aqui. Mas quem vendeu, vendeu metade, vendeu parte do seu quintal, terreno, mas continua aqui. Então, grande parte do comércio, se você for ver, é do trindadeiro. Ou está alugado, ou arrendado por um tempo, ou tem alguém trabalhando pra ele, mas é dele, do trindadeiro, então é uma coisa legal”
>
> Robson Dias Possidonio, pescador de Trindade, 41 anos

A chegada da multinacional Adela, em fins de 1970, marca a necessidade de organização comunitária para a resistência e luta pela permanência do trindadeiros em seu território. Tal empresa passou, anos mais tarde, por um processo de fusão, com outra multinacional, chamada Brascan, e desse processo nasceu a Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT), que, até os dias de hoje, “importuna” a vida dos caiçaras de Trindade.

O primeiro acordo da chamada Companhia com os Trindadeiros data de 1982. Por esse acordo, ficou definido o que seria da empresa e o que era de direito dos caiçaras. Porém, a história não acaba aí, como relata o jornalista de Trindade Davi de Paiva, que milita no movimento Trindade Vive, surgido a partir do assassinato de um jovem local.

{O senhor já morou em outros lugares? Já saiu daqui?}

Morei em Ubatuba 3 meses só e voltei de novo.

{Foi naquela época da companhia?}

Na época da companhia.

{Todo mundo teve que sair e depois voltou pra lutar?}

É, viemos pra cá, que aí entramos na briga de novo pra gente ter direito a terra que é nossa, sempre foi nossa essa terra aqui. Batalhamos e conseguimos.

{Tá na batalha até hoje?}

Até hoje, até hoje estamos na batalha. Graças a deus o difícil a gente conseguiu. Porque eles queriam o filé mignon, essa área aqui. Essa área dali, de onde eu moro ali até a praia do Meio, na divisa dele. Aí nós conseguimos ficar nessa parte aqui; ele não queria acordo coletivo de jeito nenhum.

Ele queria botar a gente lá na Praia Brava. Queria que nós fizéssemos o acordo, mas só se fica até a Brava. Você acha que até a Brava é ponto de pesca pra gente? Se tivesse lá hoje não saía nada. De não dava pra sair com a canoa pra pescar, pra fazer nada.

Seu Vitor Cardoso do Carmo, pescador, mestre canoeiro e artesão de Trindade, 72 anos

"É, desde 82, quando então foi feito esse acordo, que ficou essa história que parte da Trindade seria transferida para TDT. Foi reconhecido o direito dos caiçaras e a TDT ficou com a maior parte do território. Só que aí, reza a lenda que eles tinham penhorado essa terra para fazer um empréstimo no banco, que não foi pago. E o banco tomou as terras; e esse banco, supostamente, depois faliu também. É uma massa falida. Mas, apesar disso, sempre houve aquela honradez do caiçara de, como ele fez o acordo, o que era da TDT era da TDT, o que era do caiçara era do caiçara. E aí essa empresa – depois a gente não sabe direito, não sei citar nomes especificamente, dos donos, né?. Mas a questão é que essas áreas ficaram durante muito tempo seguras por funcionários dessa empresa, que a gente não sabia direito quem que era. (...) E aí, em 2016, numa área de limite entre a comunidade e a área dessa empresa, no morro, um jovem fez uma casa lá e começou a sofrer um assédio de funcioários da empresa, e de policiais militares que estavam a trabalho da empresa. E, aí, essa empresa teria mandado então que os policiais, os seguranças da empresa, fossem retirar esse jovem – que se chama Jaison Caíque Sampaio, conhecido como "Dão", de vinte e poucos anos. E, aí, eles foram tirar o menino dessa morada, desse limite, houve uma discussão e acabou com ele sendo assassinado por esses policiais a serviço, supostamente, dessa empresa que se diz dona do território durante todos esses anos. E que nunca se apresentou para a comunidade, nunca teve um diretor que conversou"

Davi de Paiva, jornalista de Trindade, 37 anos

O assassinato gerou comoção na comunidade que, reunida, retomou áreas da TDT, derrubou cercas e construções de apoio aos seguranças, e implantou projetos de ocupação cidadã dos terrenos. Foi criada a praça Dão, onde está a Escola do Mar, que trabalha, com as crianças, os elementos da cultura caiçara, como o feitio de canoa e a costura de redes de pesca e, ainda, uma casa de farinha ativa. A Prefeitura de Paraty, à época, anunciou a desapropriação deste terreno próximo à Praia de Fora, em favor do uso comunitário, o que não foi feito até o momento da redação desta publicação. A comunidade construiu, ainda, uma pista de skate em outra área "da Companhia", próxima à praia do Cepilho. Tanto a praça Dão, com a Escola do Mar, quanto a pista de skate e outros equipamentos de educação, cultura e lazer são geridos pela AMOT.

Outro marco importante na história de Trindade e sua organização comunitária é a chegada do PNSB/ICMBio. Criado nos "anos de chumbo", o parque chega com ações efetivas em Trindade somente em 2008. Uma revisão de seus limites o estendeu para áreas da vila e a UC de proteção integral se sobrepôs às praias do Meio e do Caixa d'Aço, e também sobre espelho d'água da baía de mesmo nome. A chegada da UC marcou a necessidade de organização dos pescadores e operadores de passeios turísticos (naquela época, eram as mesmas pessoas e as mesmas embarcações). Daí, foi criada a Associação de Barqueiros e Pescadores Artesanais de Trindade (ABAT). E, também foi criada uma ONG para a defesa das famílias que viviam no Caixa d'Aço. Hoje, duas famílias resistem por lá.

Foram anos de negociações; os trindadeiros passaram a conhecer sobre a legislação ambiental, o SNUC e a participar ativamente dos conselhos das UCs da região, exercendo o controle social.

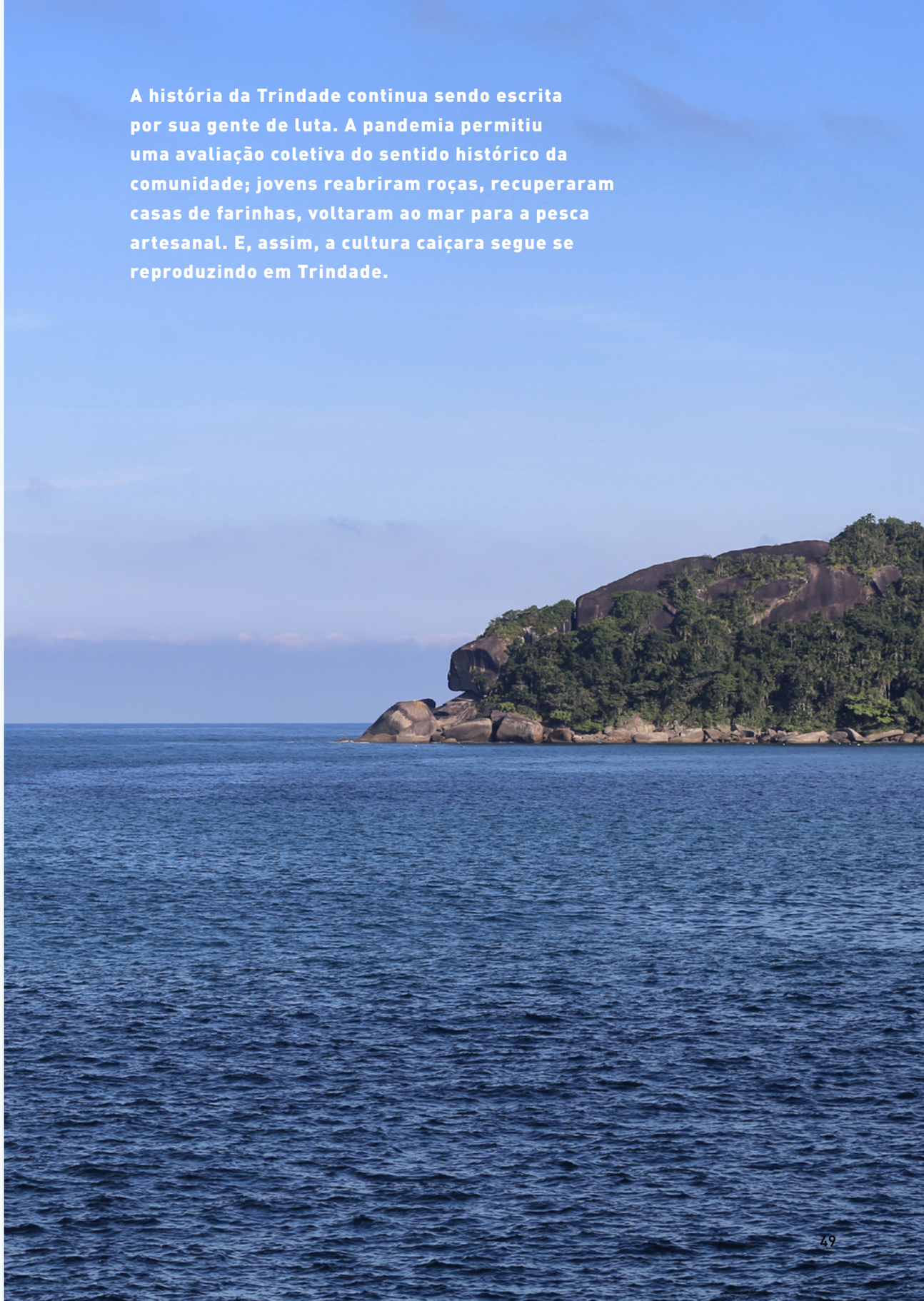
Entre os anos de 2014 e 2016, foi realizada uma cartografia social da pesca artesanal de Trindade , que teve como motivação principal contestar ações do Parque Nacional da Serra da Bocaina contra a atividade da pesca artesanal e as moradias na Enseada do Caixa D´Aço, durante o processo de revisão do plano de manejo do parque.
A partir da cartografia social os caiçaras de Trindade reafirmaram que a pesca artesanal na Enseada do Caixa D´Aço é uma atividade tradicional e é relevante para a identidade caiçara, constando dessa forma no plano de manejo do Parque.
Com base na cartografia e em outros estudos, o Ministério Público Federal expediu a Recomendação MPF 001/2017 para que o PNSB instituísse Termos de Compromisso, visando a Manutenção do território tradicional das famílias residentes e a Manutenção da pesca artesanal na Enseada do Caixa D´Aço.
Em junho de 2021, o ICMBio iniciou o processo de construção do Termo de Compromisso com uma das duas famílias residentes no local. E na reunião do Conselho Gestor do PNSB dia 21/09/2022 foi aprovado o referido Termo que segue para as instâncias do ICMBio Brasilia para análise e homologação, constituindo um marco para as situações históricas de conflito entre o PNSB e famílias tradicionais. O TC da segunda família já está sendo construído.

Pensar em uma legenda legal para essa foto. ensar em uma legenda legal para essa foto.

“De uma forma geral, a gente precisa desse espaço que ultrapassa o nosso território aqui. Então, a gente pesca tanto pro lado do Camburí quanto pro lado de Laranjeiras, Sono, Ponta Negra, Juatinga, a pesca artesanal da Trindade. Se a gente vai pescar garoupa, vai pescar lá no Saco Grande, na Ponta Negra, vai pescar na laje daqui da Laranjeiras, enfim. Agora, a importância específica da baía do Cachadaço é que é onde a gente consegue pescar sempre. Olha: o mau tempo está entrando e eu só tirei a minha rede ontem; o Noé ainda vai tirar a rede dele hoje, o mau tempo já está aí, em qualquer outro lugar já não pesca mais. Você soube que vai arruinar o tempo, você já tem que tirar a rede antes. Então, nesses meses que nós estamos [inverno], a gente não pesca na Galheta, não tem jeito de pescar na Galheta, só ali. Ali, onde eu sei que, se a minha filha, Maria Flor, que tem 8 anos, se ela quiser sair com a irmã dela mais velha, pra pescar lula na canoinha que ela já tem, eu sou seguro de deixá-la pescando no verão. Pescar lula, eu por perto, posso deixar ela lá pescando, ali eu confio. (...) [o Cachadaço] é uma escola, é um lugar de aprendizado, é onde eu posso ensinar às minhas filhas, é onde eu fui ensinado e é onde um senhor mais velho vai pescar, porque ele sabe que se vier um tempo ruim... Eu cresci assim, você vai pescar no Focinho da Ponta, que é a Cabeça do Índio, vai pescar no Saco da Ponta, qualquer coisa, ou entra pro Saco da Ponta ou entra pra caixa, a caixa é a piscina. Então você saía de casa e seus pais já diziam: “Entre pra caixa, entra pra caixa!”. Já sabia, e deixavam você ir pescar, pra outro lado você não ia pescar não. Já levei surra por sair pro lado de cá pra pescar. Verão, que é tempo bom, só que dá muita trovoada, dá vento forte, pode virar a canoa.

Então, é um lugar seguro pra pescar, tem uma importância. Agora nessa época [inverno], Sono, Ponta Negra, eles estão com o cerco tudo em terra. Pra nós aqui, a gente chama o peixe de arribada, é o peixe que dá nessa época agora. Agora pra lá, lá fora tem algum cerco? Não tem cerco essa semana lá. O Adilson estava com o cerco, nós estávamos pra tirar lá na Ponta Negra, porque é mais difícil de correr peixe nesse sentido daqui pra lá, agora o peixe corre pra cá. Que a gente chama de arribada, pode vir nessa porteira toda aí quem pegou tainha no cerco, nós pegamos tainha em cerco. Por conta do lugar, do jeito, arribada que a gente chama, é uma volta do peixe. Então tem a importância da segurança e a importância do tempo, pra pescaria, a pescaria artesanal depende desse espaço. Ele é pequeno, se olhando pro território da Trindade, mas corresponde por 80% da pesca. Eu falava até 50, 60% e os pescadores falavam assim, isso foi muito legal: “Mas como assim?”, “Olha só, presta atenção, onde você pesca o ano inteiro? Onde você pesca assim?”. E a gente foi fazendo a conta e é exatamente isso, de 80% a pesca. Então, sem a Baía do Cachadaço, pra gente, acaba a pesca, não tem como, a gente fala se fiar, se garantir com um espaço onde você não vai ter nem o tempo todo pra pescaria, nem a segurança que a gente tem ali pra pescar, vem tudo daí”

A história da Trindade continua sendo escrita por sua gente de luta. A pandemia permitiu uma avaliação coletiva do sentido histórico da comunidade; jovens reabriram roças, recuperaram casas de farinhas, voltaram ao mar para a pesca artesanal. E, assim, a cultura caiçara segue se reproduzindo em Trindade.



Bieca (em memória). buscar data de nascimento e de morte

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

O território reconhecido de Trindade parte do entroncamento da estrada de Trindade com a de Laranjeiras e se estende até a pedra da Cabeça do Índio, na divisa com estado de São Paulo/Ubatuba; inclui Morrão do Cepilho e demais áreas continentais em morro sobre a vila, como os morros da Tapinha, do Caracol e a pedra do Meio Dia. No mar, as áreas de pesca chegam até a Ponta da Juatinga, por um lado, e a comunidade do Camburi, por outro. Porém, as áreas de uso e as relações afetivas, socioculturais e socioeconômicas dos trindadeiros com outras comunidades tradicionais extrapolam tais limites e mesmo a área de abrangência do Projeto Povos. Relatos da pandemia informam sobre trocas de alimentos, por exemplo, com o Quilombo do Campinho da Independência e revelam fluxos relacionais mais profundos entre as várias comunidades tradicionais da região de Mata Atlântica sul-fluminense e norte-paulista.

A comunidade é totalmente sobreposta pela APA de Cairuçu e parcialmente pelo PNSB, ambas UCs federais geridas pelo ICMBio. Com participação ativa dos caiçaras de Trindade, a revisão do plano de manejo da APA, em seu zoneamento, indica como 'zonas de uso coletivo' as áreas que seriam da TDT, segundo o acordo de 1982. Assim, o plano garante à comunidade a gestão coletiva de tais espaços, tanto para a sua reprodução cultural, quanto para o financiamento das atividades da AMOT (gestão do estacionamento).

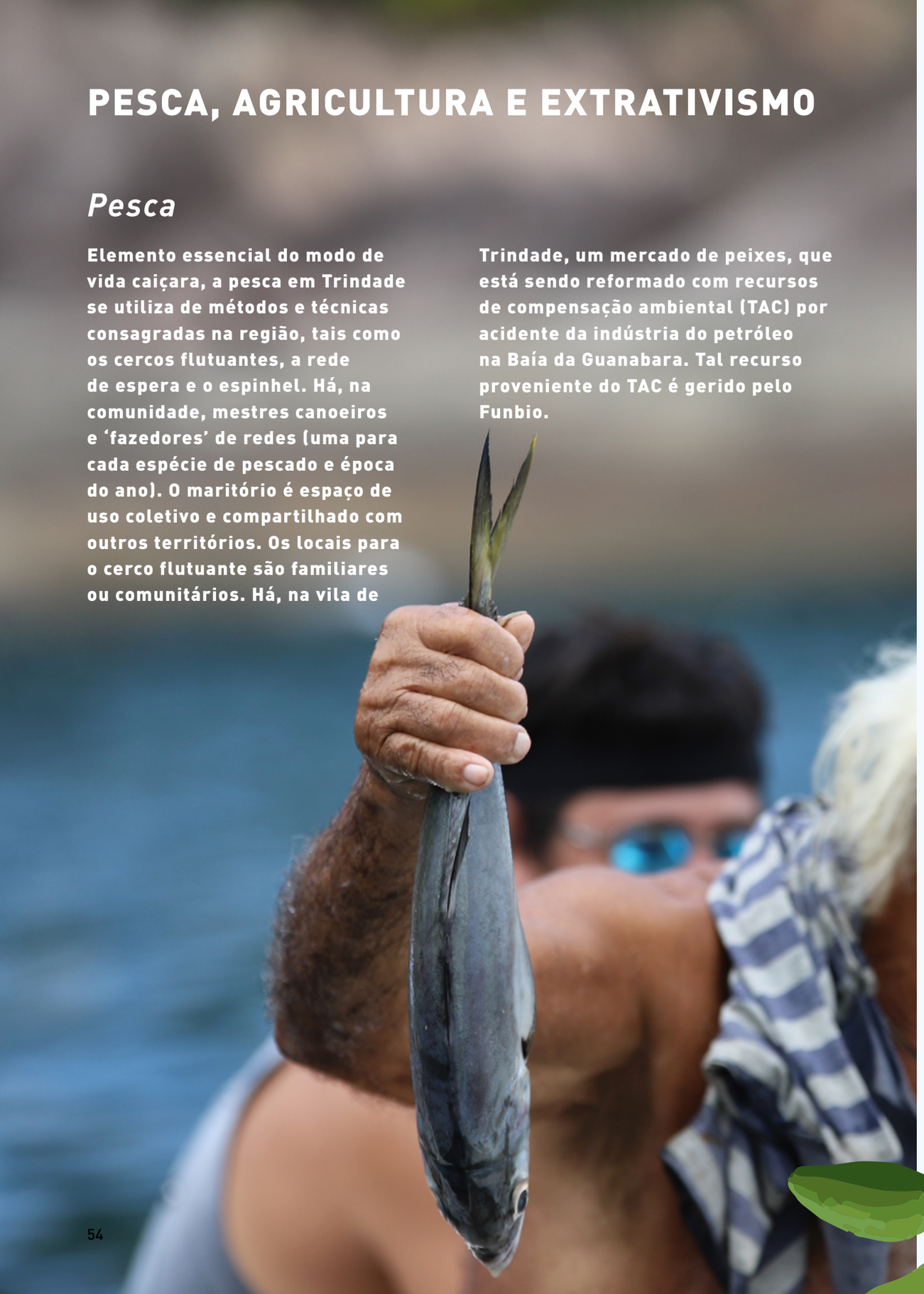
Há também as áreas destinadas à roça tradicional e ao uso tradicional da mata, resguardando os direitos caiçaras sobre seu território.

Pescador e liderança comunitária da Trindade, Robson Possidônio.

PESCA, AGRICULTURA E EXTRATIVISMO

Pesca

Elemento essencial do modo de vida caiçara, a pesca em Trindade se utiliza de métodos e técnicas consagradas na região, tais como os cercos flutuantes, a rede de espera e o espinhel. Há, na comunidade, mestres canoeiros e 'fazedores' de redes (uma para cada espécie de pescado e época do ano). O maritório é espaço de uso coletivo e compartilhado com outros territórios. Os locais para o cerco flutuante são familiares ou comunitários. Há, na vila de Trindade, um mercado de peixes, que está sendo reformado com recursos de compensação ambiental (TAC) por acidente da indústria do petróleo na Baía da Guanabara. Tal recurso proveniente do TAC é gerido pelo Funbio.



"Eu faço a canoa. Faço canoa grande pra remar. Faço as canoinhas pequenas pra vender. Essa aqui já é um amigo meu que faz, o Donizete. É uma arte que ele faz, essa canoinha aqui ó. Muito bonito, ele faz lá. Ele faz e cobra 20 reais por canoinha dessa. É uma arte, e, olha, eu não faço uma dessa. Se pedir pra fazer, eu não faço. Muito bonita, linda essa canoinha. (...) . Mas eu faço canoas, a grande, a pequena, pra uso assim. Faço rede pra mijuada, rede pra cerco, rede pra espera da corvineira lá fora; espinhel eu também faço. Pra tudo eu faço, eu já tive cerco. Há uns 30 anos, 40 anos atrás eu tive cerco, aí acabamos. Eu não tenho mais, o pessoal tem. O Jair que trabalhou comigo, comprou uma agora. A gente trabalhou de sociedade com cerco. Ele tem ainda, eu acabei. Já meus filhos trabalham com turismo e peixe, de rede também. Pesca da tainha, tão esperando. Tão ansiosos pra chegar a tainha. (...) É, eu gosto de pescar. Faço mais por gosto. Eu aposentei também, mas a gente precisa pescar. No verão eu ganho dinheiro com peixe. Eu gosto de pescar muito de linha, de anzol, das costeiras mesmo. Garoupa, o peixe que eu mais gosto de pescar é garoupa."

Seu Vitor Cardoso do Carmo, pescador, mestre canoeiro e artesão de Trindade, 72 anos

Seu Vitor Cardodo do Carmo, pescador, 72 anos

Trinadeiros no manejo do cerco

ROÇA

As roças sempre fizeram parte da vida dos caiçaras, porém, pela criminalização de algumas práticas imposta pelas UCs, algumas áreas de agricultura foram se perdendo. A pandemia representou uma retomada dessa prática, assim como trouxe interesse dos jovens também em relação à pesca.

“A roça é uma tradição da minha família, dos meus avós, principalmente do Américo Rosa. Sempre quando criança a gente ia na roça, chegava lá, meu avô sentadinho da cadeira... e a gente foi absorvendo essas imagens; não sei se foi passado por genética, mas a gente observava ali. E aí eu disse: ‘é isso que eu quero pra minha família; é esse modo de vida que eu quero pra mim’. E eu via, né?, minha avó fazendo farinha, ia lavar a mandioca com meu avô na cachoeira, porque não tinha encanamento e hoje eu coloquei o encanamento. Mas eu ia lá, via lavando a mandioca, raspando a mandioca, eu era criança... e nisso, isso ficou imortalizado dentro de mim. E com a volta pra Trindade, essa volta do cerco, isso foi me estimulando a querer esse tipo de vida”

Iliel Teixeira Rosa, agricultor, pescador e barqueiro de turismo, membro da AMOT e da ABAT, 37 anos

USO TRADICIONAL DA MATA

Os trindadeiros fazem o uso tradicional da floresta em seu território. Dela tiram material para artesanato, madeira para confecção de canoas e remos, paus e ervas para o cuidado com a saúde. Historicamente, fizeram uso da caça, como fonte alternativa de proteína, em épocas específicas do ano e respeitando os ciclos de reprodução dos animais. O mapa construído neste processo de caracterização aponta, ainda, algumas áreas de caça, como forma de memória do modo de vida.

TURISMO

Dona Carmira, de 86 anos, contou à equipe de pesquisadores, em entrevista, que começou a se tornar comerciante vendendo gelo para os pescadores e mariscos para os turistas. Daí, com o incremento do turismo, seus filhos abriram um mercadinho e ela foi reformando sua casa até transformá-la em pousada. Essa história é comum a muitos trindadeiros. A família do pescador Seu Vítor também mantém uma pousada. E, assim como destacou a liderança comunitária e pescador Robson, praticamente todo o comércio voltado ao turismo é de trindadeiros, ou o imóvel pertence aos caiçaras locais ou está arrendado para exploração por outras pessoas. Todos os interlocutores entrevistados são enfáticos ao afirmar que o turismo é a principal fonte de renda da comunidade, seja com restaurantes, quiosques, pousadas, campings e locação de chalé, seja na prestação de serviços de guia ou no transporte náutico. A travessia para a piscina natural é realizada por associados da ABAT.

Piscina Natural do Caixa d'Aço

PRÁTICAS DE CUIDADO E SAÚDE

"A gente tem farmácia porque não tem mais de onde tirar remédio"

Dona Carmira Rosa de Oliveira, agricultora, pescadora, marisqueira, vendedora de gelo e artesã de Trindade, 86 anos

"Porque a comida de antigamente era tudo natural, era tudo da terra. Tudo, tudo. Então não tinha doença, não tinha. Não morria ninguém aqui. Quando morria, era porque ficava velho. Hoje em dia você está se envenenando. Tudo o que você come, tem veneno. Se não for da roça, tá tudo envenenado. Então a pessoa tinha saúde". Dona Odete, caiçara de Trindade, 80 anos.

É, porque ninguém tinha doença. Não tinha pressão alta, ninguém falava de diabete. E agora é diabete, pressão alta. A água aqui é meio salgada. Eu era bem pequena, a gente vinha da cidade, chegava aqueles homens, chegava na beira desses córregos do caminho aí, cortava umas folhas grandes, pegava aquele peixe seco que tinha comprado lá na cidade, botava o peixe na folha, que era o prato, e comia ali na estrada mesmo"

Dona Carmira Rosa de Oliveira, agricultora, pescadora, marisqueira, vendedora de gelo e artesã de Trindade, 86 anos

FESTAS E CELEBRAÇÕES

Formas de expressão	*Festas e celebrações*	*Modos de fazer*
Teatro Companhia Rosa Carmo Queiros	Festejo Caiçara. O festejo tem sua abertura na igreja.	Pesca da tainha
Artesanato de Timbupeva (fibra), taquara e cipó – cestaria	Folia de Reis	Arrastões
Futebol e surf	Corrida de Canoa	Cerco
Pesca tradicional	Feitura da farinha	Marisco (inverno) - compartilhado – "vai dividindo os sacos de mariscos"
Proteção de "tribo" - laços familiares	Puxada de canoa	Feitura da farinha
	Festa da tainha	Puxada de canoa - união/mutirão - é preciso saber a época certa, conhecer a madeira e saber fazer a canoa
		Tintura de rede com a aroeira
		Feitura de rede
		Montagem do cerco

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

Há, em Trindade, diversas associações comunitárias, com destaque para a AMOT e a ABAT; além outras associações criadas a partir de cisões e conflitos internos. A mais forte delas, que participou ativamente do processo de caracterização, é a Associação em Defesa do Povo Tradicional de Trindade (ADPT).

"A nossa organização mãe, ou principal, é a AMOT. Ela foi criada basicamente por mulheres, lá em 80, 82 ou 86, um negócio desse daí, e bem no momento crítico que a Trindade passava e a gente tinha acabado de fazer o acordo entre a TDT e a Trindade e o pessoal precisava de uma organização. Então a gente sempre se apoiou na AMOT, é muito importante pra comunidade. A ABAT, foi criada na década de 90, de fato ela só foi registrada no cartório mesmo em 2007, porque a gente começou a fazer passeios de barco com os barcos que a gente pescava"

Robson Dias Possidonio, pescador de Trindade, 41 anos

BANDEIRAS DE LUTA DO FCT

Lideranças caiçaras da Trindade são atuantes no FCT e participam, desde a fundação do movimento social, das ações e projetos voltados ao desenvolvimento e implantação de tecnologias sociais em turismo de base comunitária, agroecologia, saneamento e educação diferenciada. Ainda, conta com o apoio e assessoria da coordenação de justiça socioambiental do OTSS na negociação dos conflitos e para a garantia da reprodução sociocultural da vida trindadeira. Trindade é, também, um dos roteiros destacados da Rede Nhanderekó de TBC do FCT.

Ameaça causada por grandes empreendimentos, turismo predatório e especulação imobiliária

Algumas ameaças e os conflitos reais vividos pela comunidade de Trindade:

• **ADELA / TDT –** "grilagem de terra por CNPJ" – histórico de luta que culmina no assassinato do jovem caiçara Jaison dos Santos, o Dão (que passou a dar nome à área retomada pela comunidade que se transformou em praça de uso coletivo de ações educativas, à Escola do Mar e a práticas de esportes e lazer).

• **PNSB/ICMBio –** UC de Proteção Integral que impõe barreiras à reprodução cultural caiçara e à implantação de equipamentos públicos, tal como a Estação de Tratamento de Esgoto.

"Foi em 2012 [que o PNSB derrubou os quiosques da Praia do Meio], mas esse processo começou desde 2008, quando eles chegaram. Passaram a linha dizendo: "Olha, aqui é a linha do Parque, e aí pra dentro não pode ter nada", e tal. Foi quando a gente começou também a discussão: 'Peraí, como assim 'não pode'?', isso foi uma coisa importante da questão da organização. Acho que se a gente não tivesse se organizado naquele momento, até por conta de que a gente não tinha conhecimento das leis, a gente teria aceitado talvez a saída. Porque dentro do Parque não podia ter nada que impactasse, sabe toda aquela coisa? Gente com motor e tal, e falamos: "Não, peraí, a gente está trabalhando aqui há muito tempo, com pesca, com turismo e como assim chega isso do nada?". Foi quando montamos nossa proposta, que era um grupo organizado, a gente depende disso e vamos ver qual é a solução"

Robson Dias Possidonio, pescador de Trindade, 41 anos

• **Riscos potenciais de grandes empreendimento**s, em destaque para os relacionados à cadeia produtiva de gás e petróleo; também o turismo de massas e turismo de elite (resorts e condomínios de luxo)

"É porque eu acho que isso é uma coisa [impactos causados pela cadeia produtiva do petróleo] que não é só pra Trindade, é pra todos os lugares. Com certeza, diferente de outros lugares, talvez como a Juatinga, onde interfere bastante a coisa do trajeto, do barco passando ali. A gente até vê os navios, mas está muito lá fora, mas se a gente pensar num futuro que pode ser próximo, ou um futuro um pouco mais longe, mas assim, de um certo derramamento, todo mundo vai ser prejudicado. E aí não vai ser prejudicado só a pesca, porque uma praia com petróleo ninguém chega (...) prejudica a pesca, o turismo, prejudica a vida toda". Robson Dias Possidonio, pescador de Trindade, 41 anos.

"Mexilhão tinha bastante, viu. Tinha bastante marisco nas costeiras. Talvez por ele ser, dizem, que ele é o pulmão do mar, né, que ele faz a filtragem, talvez ele sinta. Então, quando a água está muito poluída, acaba afetando o próprio marisco. Às vezes, ele está acostumado com algum tipo de poluição e aí vem algo como o petróleo, como o esgoto, etc. Acaba prejudicando o marisco. Minha mãe não comia o marisco do cepilho, porque era onde tinha muita visitação. A galera não gostava muito de comer o marisco do cepilho"

liel Teixeira Rosa, pescador, barqueiro de turismo no Cachadaço e agricultor do morro do Cepilho. 38 anos.

• **Crescimento desordenado da vila**, em direção ao morro, com a venda indiscriminada de terrenos e a baixa fiscalização do poder público.

• **Duplicação da BR 101:** processo de concessão da rodovia encontra-se em curso e gera preocupação entre as populações tradicionais da região.

• **Projeto de alteração da dinâmica econômica** de toda a baia da Ilha Grande vem sendo discutido no governo federal e há projeto de lei apresentado no Senado Federal que busca flexibilizar as regras/categorias de unidades de conservação da região. Proposta em sintonia ao modo de desenvolvimento hegemônico, o chamado Projeto Cancún Brasileira também é apontado pelos entrevistados como mais uma das ameaças ao modo de vida tradicional na região.

O QUE FOI MAPEADO

Alguns anos antes do Projeto Povos chegar a Trindade, a comunidade já havia desenhado a sua Cartografia Social, com o protagonismo de: ABAT, ONG Cachadaço Bocaina Mar, FCT e OTSS; e apoio e participação da AMOT e da Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade. Este processo gerou o boletim "Cartografia Social de Trindade – a pesca artesanal da comunidade tradicional caiçara" (dezembro/2016). O resultado serviu como instrumento de negociação com o PNSB, para a permissão da prática da pesca artesanal e do transporte turística na baía do Cachadaço.

Durante a passagem do Projeto Povos pelo território trindadeiro, os participantes decidiram revalidar o trabalho de cartografia já feito e atualizá-lo, indicando outras áreas de uso tradicional e expandindo os itens mapeados. Foram revistos os nomes dados aos locais de referência, tais como pedras, costões rochosos, lajes e parcéis. Locais comunitários para colocar cercos flutuantes também foram revistos.

O mapa falado de Trindade aponta usos em toda a faixa costeira de Laranjeiras ao costão do Camburi; e, além disso, destaca áreas de roça e manejo da floresta.

Lugares destacados na primeira reunião com a comunidade

Pedra do mirante (lugar de vigia / espia) - ponto estratégico na época da luta com a grilagem
Pedra da Tartaruga; pedra do Sapo; pedra da Cabeça de Índio; costão; ponta do Cepillho; ilha da Raspa
Praça de interface com PNSB na Praia do Meio (implantação do parque)
Praça Dão - ZUCOL (APA de Cairuçu)
Casas de farinha familiares
Casa de farinha comunitária junto à Escola do Mar
Escola do Mar
Praias: Brava, Cepilho, de Fora, dos Ranchos, do Meio, do Caixa d'Aço
Cachoeiras (listar)

COMUNIDADE CAIÇARA DE TRINDADE

Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- Morro
- Ilha
- Captação de água
- Extrativismo
- Sapezal
- Bananal
- Frutíferas
- Casa de farinha
- Caça
- Costeira
- Pedra
- Enseada; Saco
- Lajes e parcéis
- Pesqueiro; Arpoador
- Cerco de pesca
- Casa de caiçara
- Terreno familiar caiçara
- Picada
- Extrativismo
- Roça
- Roça antiga
- Pesca artesanal
- Pesca de lula

Turismo e comércio local

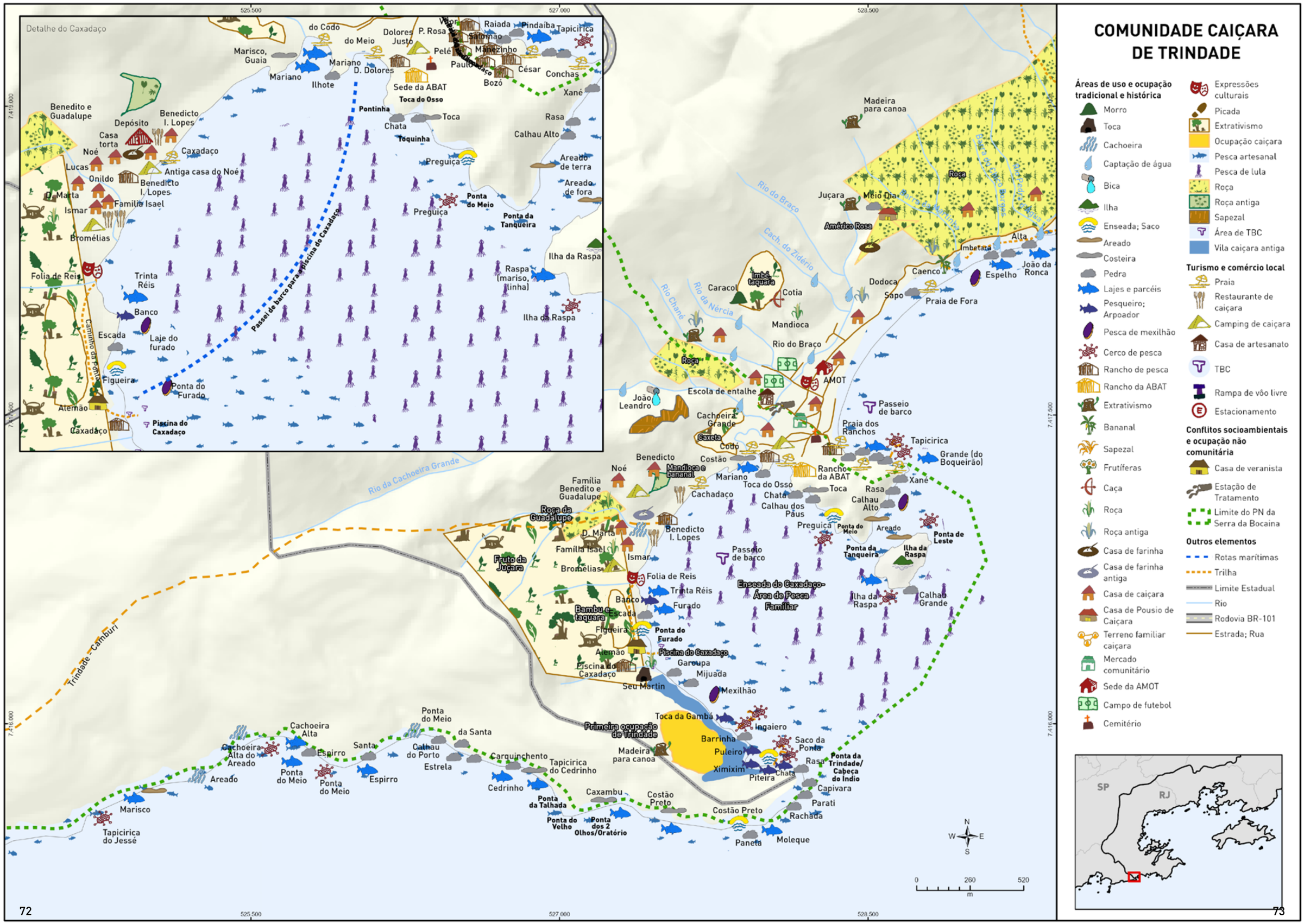
- Praia
- Rampa de vôo livre
- Estacionamento

Outros elementos

- Trilha
- Rio

530.000
531.500
533.000
7.420.500
7.419.000
7.417.500

Córrego da Lineira
Córrego da Toca do Boi
Rio Iriri
Cachoeira da Praia Brava
Rio das Laranjeiras
Casca de chorão
Rampa de vôo livre
Sapezal da Água da Salsa
Roça
Seu Durval
Trilha das Sete Voltas
Estacionamento da Praia Brava
Taquara, cipó imbé
Cipó, imbé
Trilha antiga para Laranjeiras
Araçá, goiaba
Morro da tapina
Mandioca
Sapezal da Praia Brava
Caxeta e Cipó
Brava
Taquara de lixa, caxeta e guacá
Prudêncio
Trilha do Cepilho para Praia Brava
Daniel
Tanque
Perigo
Iguape
Cepilho
Cascalho
Xicanha
Ponta da Barra
Ponta do Cepilho
Rasa
Ponta Funda
Ponta do Curral
Caixeta, taquara e cipó
Calhau Alto
Preta
Pilão
Tapecirica Joaquim Espina
Tapecirica Pinga-Pinga
Salema
Carquinchento
Cotia
Tatete
Lula
Córrego Seco
Corgo Seco
Ponta do Marisco
Picada do Caçador
Ponta do Espelho
Galheta
Lula
Oratório
Ponta da Galheta
Calhau Vermelho
Corgo Fundo
Tanque
Galhetas
Vermelha
Laranjeiras
Marina Condomínio Laranjeiras
Fazenda
Sobrado
Ilha da Peça
N
W
E
S
0
250
500
m


COMUNIDADE CAIÇARA DE TRINDADE
Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica
Morro
Toca
Cachoeira
Captação de água
Bica
Ilha
Enseada; Saco
Areado
Costeira
Pedra
Lajes e parcéis
Pesqueiro; Arpoador
Pesca de mexilhão
Cerco de pesca
Rancho de pesca
Rancho da ABAT
Extrativismo
Bananal
Sapezal
Frutíferas
Caça
Roça
Roça antiga
Casa de farinha
Casa de farinha antiga
Casa de caiçara
Casa de Pousio de Caiçara
Terreno familiar caiçara
Mercado comunitário
Sede da AMOT
Campo de futebol
Cemitério
Expressões culturais
Picada
Extrativismo
Ocupação caiçara
Pesca artesanal
Pesca de lula
Roça
Roça antiga
Sapezal
Área de TBC
Vila caiçara antiga
Turismo e comércio local
Praia
Restaurante de caiçara
Camping de caiçara
Casa de artesanato
TBC
Rampa de vôo livre
Estacionamento
Conflitos socioambientais e ocupação não comunitária
Casa de veranista
Estação de Tratamento
Limite do PN da Serra da Bocaina
Outros elementos
Rotas marítimas
Trilha
Limite Estadual
Rio
Rodovia BR-101
Estrada; Rua
Detalhe do Caxadaço
Passei de barco para a piscina do Caxadaço
Rio do Braço
Rio da Cachoeira Grande
Trindade - Camburi
Enseada do Caxadaço-Área de Pesca Familiar
Primeira ocupação de Trindade
Roça da Guadalupe
Fruto da Juçara
Bambu e taquara
Ponta da Trindade/ Cabeça do Índio
Ponta de Leste
SP
RJ
N
S
W
E
0
260
520
m
525.500
527.000
528.500
7.419.000
7.417.500
7.416.000

Praia do Sono

A um tempo atrás era tudo muito bom
vovô fazia rede e vovó cuidava da casa e
quando iam pra roça toda família ajudava.
A farinha que eles faziam
iam na cidade vender,
um dia inteiro de caminhada pra suas compras fazer.
Mas nós não imaginávamos
que existiam tanta maldade
no coração das pessoas que viviam na cidade,
chegaram cheias de ódio
muita raiva e rancor
querendo nos tirar
o que tínhamos de mais valor.
Mas nós nos reerguemos e nos colocamos de pé
as mulheres se uniram e
suas forças juntaram e
botaram pra correr
os que tanto nos perturbaram.
Esse conto é verdadeiro
foi minha mãe que me contou
ela ainda era pequena
quando tudo se passou.
E eu sou muito feliz de viver nessa terra
porque sendo ainda criança,
Continuo lutando por ela.

Julia Katherine Conceição Jesus da Anunciação (2006 – 11 anos de idade)

TEMPOS E ESPAÇOS

Os casos de toda a península da Juatinga/Cairuçu são ricos em episódios narrando naufrágios de navios bem antigos e ataques piratas. Fala-se em um navio alemão que teria afundado por ali e cujos marinheiros sobreviventes permaneceram no local, se casando com índias tupinambás que viviam em todo o território. Fala-se, também, de casamentos entre portugueses e indígenas, além da presença de africanos escravizados que trabalhavam para senhores de fazendas de cana e banana que se espalhavam pela região durante o período colonial.
Essa é também a história da Praia do Sono, que remonta aos primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil. As famílias mais antigas da comunidade registram antepassados vivendo no território há mais de 180 anos.

“Aqui tem índio, igual na Ponta Negra. Como eu falei, meus bisavôs eram índios. Eu acho que os alemães, os portugueses passaram por aqui de navio. E namoraram as índias, porque tem uma mistura de loiro. É, é ... (risos). Tem muita mistura de loiro com índio”

Dona Lucilene de Castro, moradora da praia do Sono, 59 anos

O declínio econômico da região, em fins do Sec. XIX, levou ao abandono das fazendas. As pessoas, que viviam por ali permaneceram, formando pequenos núcleos familiares, isolados entre o mar e a floresta. Tal isolamento criou uma forte relação entre a população e o ambiente.

“Quase tudo era construído, produzido, plantado ou coletado no mar e na mata ao redor das comunidades. Ao mesmo tempo trocavam seus produtos pelo que não podiam produzir nas cidades próximas. Por esse motivo, nunca deixaram de ter contato com as cidades vizinhas, além de participarem das atividades econômicas da região. A organização caiçara era feita pelo compadrio e o parentesco. As relações de trabalho eram feitas por mutirões e troca de dias e a família sempre teve um papel muito importante.”

Cortines, Anna Cecília; Nogara, Paulo; et al. A Vida no Sono. Estudo de 2011, que busca embasar o processo de recategorização da REEJ

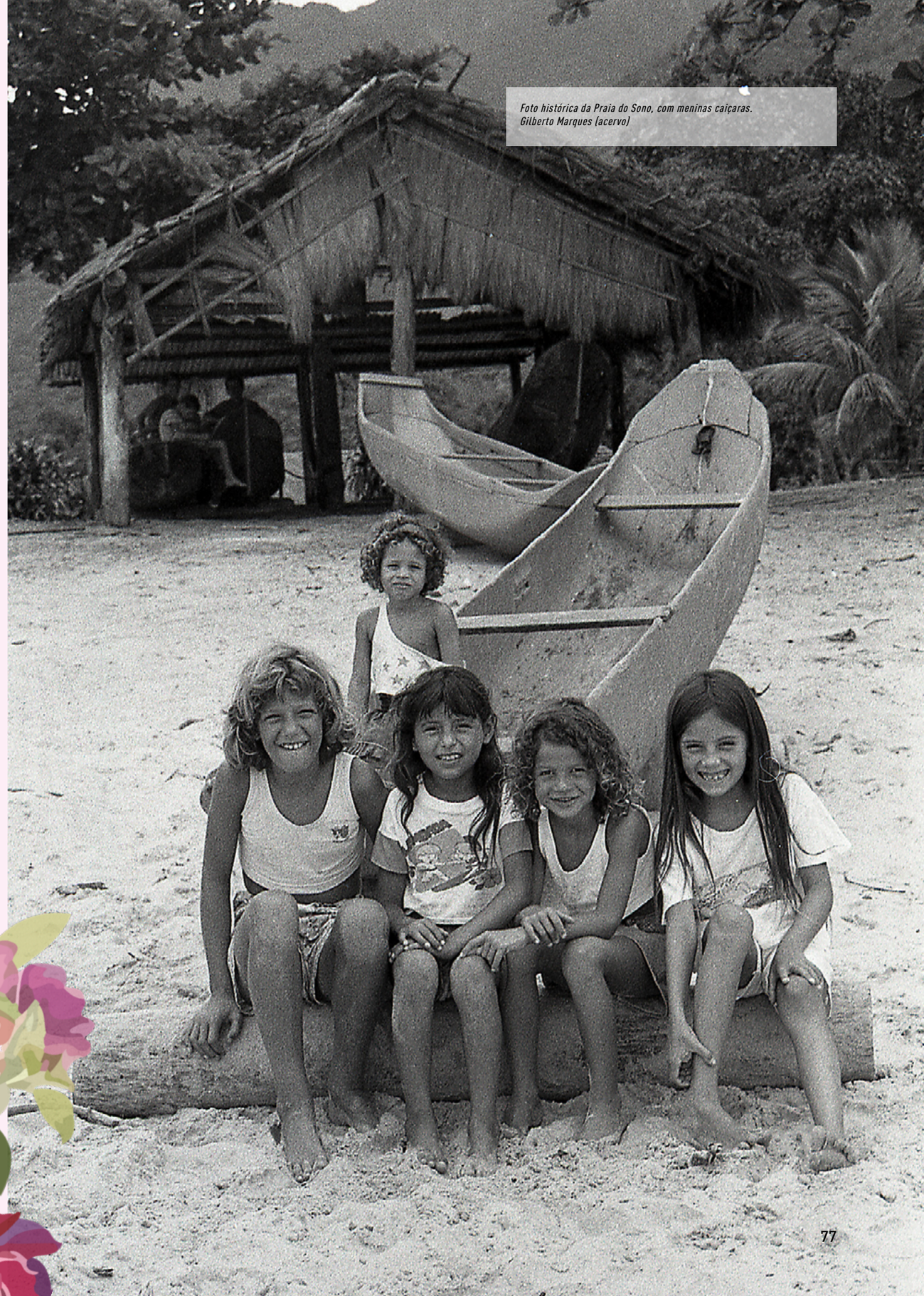


Foto histórica da Praia do Sono, com meninas caiçaras. Gilberto Marques (acervo)

A vida seguia entre mar e mata, pesca e roça, até que, na década de 1970, foi construída a BR 101, rodovia Rio-Santos. Junto com a estrada, chegou nova atividade econômica, o turismo. E, também, surgiram desafios e focos de conflito, como as unidades de conservação e o assédio da especulação fundiária, representado, na Praia do Sono, por dois atores principais: a família Gibrail Tanus e o Condomínio Laranjeiras. Abaixo, relato de moradora da Praia do Sono sobre o conflito com a família Tanus; e, em seguida, relato do pesquisador comunitário Jardson dos Santos sobre a história do Condomínio Laranjeiras.

“E na época da briga do Gibrail ficaram dezessete famílias. Dezessete famílias, que quer dizer dezessete casas. Porque tudo morava junto com os pais. Numa casa só morava duas, três famílias. Então quer dizer que no momento que foi liberado hoje tem bastante casa. Cresceu! Aqui cresceu. E outro, que ninguém podia construir também, na época do Gibrail. Então quer dizer que tinha pouca casa. Hoje não, graças a deus que Sono está movimentado, todo mundo construiu. Muito bom assim. E antes do Gibrail tinha mais família. Antes, quando o Gibrail chegou no Sono já tinha morador aqui dentro. Há muito tempo. A história é que ele comprou a fazenda Santa Maria, então quer dizer que ele era dono da fazenda Santa Maria. Foi de lá que ele abrangeu o Sono, os Antigos, os Antiguinhos e Ponta Negra. E fez aquele documento lá que é forjado, né? Inventado...”

“Nós enfrentamos eles aqui. As polícias, os jagunços dele que ele trouxe pra cá também. Aí nós enfrentamos eles, botamos pra correr na base da surra de urtiga... e nunca mais ele apareceu aqui no Sono. Hoje graças a Deus nós estamos na paz aqui (...) Na época foi o advogado Jarbas [Macedo de Camargo Penteado], que era o advogado da Trindade. Aí tinha o jornalista lá, que era o Foster. Um pessoal lá que trabalhava, e vieram pra cá e como diz a moda, compraram a nossa briga com o Gibrail. Aí nisso daí depois já se meteu o Estado no meio, também brigando contra o Gibrail, a nosso favor. Foi aonde graças a deus, podemos dizer que ganhamos a causa. Nós ganhamos a causa por causa disso daí, que o pessoal entrou com advogado a nosso favor e tudo. E daí pra frente nós temos o nosso sossego (risos).”

Dona Lucilene de Castro, moradora da praia do Sono, 59 anos

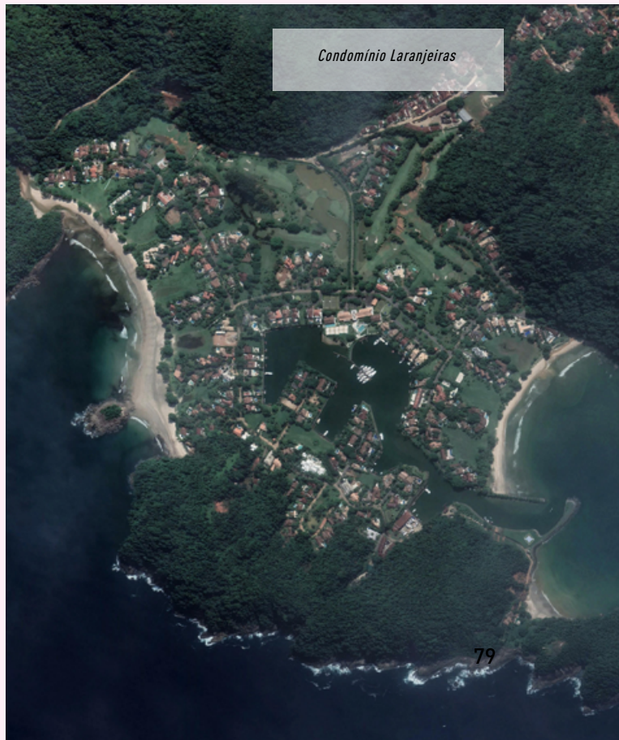
Já as falas abaixo são de uma transcrição de áudio enviado pelo WhatsApp pelo morador da Praia do Sono, militante do FCT e da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e pesquisador-comunitário no OTSS, atuante no Projeto Povos, Jardson dos Santos:

“Foi junto com a rodovia Rio-Santos, aqui chegou ali por 1974. O Condomínio [Laranjeiras] chega aqui mais ou menos em 78, 79, para se estabelecer. Aí um pouquinho antes da APA de Cairuçu, uma unidade de conservação federal, que foi instituída em 83. Um detalhe importante, também, é que nos anos 70 foi feito um desenho do Parque Nacional. O primeiro desenho do parque pegava recortes aqui, um pedaço grande aqui de Laranjeiras”

[O decreto de criação do PNSB previa uma área de 174 mil hectares, que foram reduzidos a 104 mil hectares no ano seguinte]

“O Parque Nacional da Serra da Bocaina, no começo dos anos 70, eles fizeram um dente e tiraram Laranjeiras, a parte que viria a ser esse empreendimento do final dos anos 70. E com isso, o Parque pegou até um pedaço de Trindade, mas não pegou esse pedaço de Laranjeiras, porque aí talvez seria um pouquinho mais difícil fazer um empreendimento desse, né? Então, você vê, é um detalhe importante também, que muita gente desconhece”

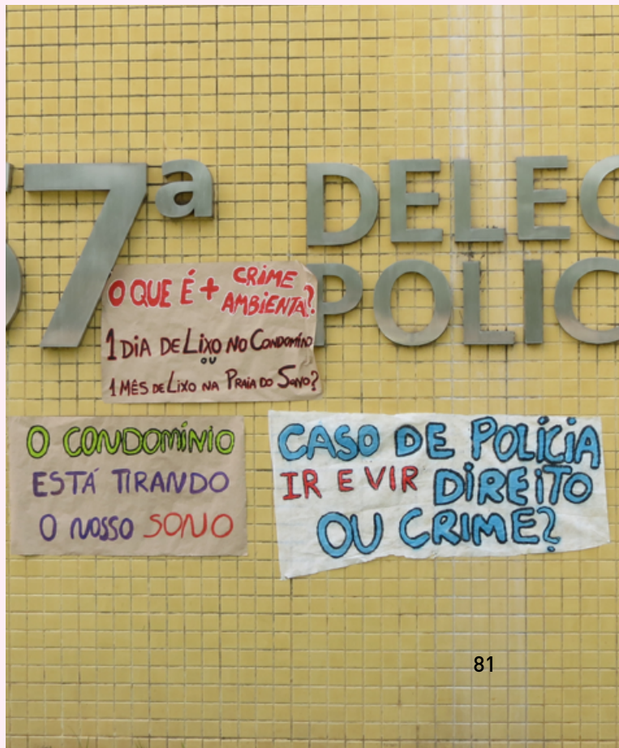
“Ali, a situação é bem complexa, porque quem fez o licenciamento para instalação do condomínio foi a antiga FEEMA, que era um órgão ambiental do Estado do Rio, que tinha vários outros órgãos e, depois, já nos anos 2000, juntaram foram todos e foi criado o INEA. E, obviamente, eles fizeram vários crimes, né? O condomínio, o empreendimento, cometeu vários crimes ambientais e socioambientais e socioculturais e etc. E também econômico, até porque ali era uma área de troca, em que as pessoas faziam as trocas; uma área de ir e vir, acesso à praia, acesso ao patrimônio da União... e ali são cinco praias privatizadas; eles falam que não é, mas é... até porque estão dentro da propriedade privada e, para passar, você tem que obedecer às regras impostas pelo empreendimento e não... que não é realmente do poder público, né?!”



Dona Ismênia, em frente à casa de farinha do seu Alziro e da dona Aurora.
Foto: Gilberto Marques

“Enfim, quando o condomínio chega já começa a impor algumas regras de controle e tal. Bem, bem complicado. E me lembro que as primeiras casas foram surgindo tal; começaram a fazer aquela marina ali, que era uma antiga laguna... começou ser transformada numa marina; e quanto mais o condomínio foi se estabelecendo, foram se apropriando daquela área ali, e realmente foram expulsando, de alguma forma, os caiçaras que moravam ali - me lembro que meu tio morava na beira da praia, inclusive tinha os ranchos ali e tal... e essas pessoas foram passadas lá para cima, para um local que o condomínio, também, que deu o nome; forjou um nome chamado Vila Oratório, né? E se apropriou do nome Laranjeiras, que era a antiga Fazenda. Segundo eles, eles compraram a antiga Fazenda total. E com isso, também, falaram que deram os lotes para as pessoas fazer cultivo de roças, no meio da Mata. É que as pessoas eram caiçaras e agricultores familiares também; viviam da roça mesmo e fizeram as casinhas também nesse local chamado Vila Oratório, que, em tese, são as pessoas que trabalham para os condôminos, para o condomínio, no caso. E hoje esse localzinho praticamente é tudo condomínio também. Muitos já venderam...E tem uns conflitos bem importantes ali até atualmente, né?”

“E aí começaram também a realmente cercear alguns direitos... da passagem liberada, por exemplo, a qualquer hora; e também de material de construção... até de móveis, de compra de mercado... uma série de coisas assim... e dos anos 2000 para cá começou a ter muito conflito com os barqueiros da comunidade, né? Com os moradores e turistas e tal. Chegou ao ponto de agressão ali por parte dos seguranças do condomínio privado contra a moradora aqui, uma caiçara aqui do Sono, e na qual o condomínio processou 23 pessoas aqui da comunidade e uma dessas pessoas, inclusive, teve que acessar um habeas corpus para poder passar dentro da van do condomínio, não é nem uma passagem exclusiva, não. Foi uma passagem mesmo assim controlada, mesmo com o habeas corpus, ainda assim controlada pelo condomínio”



ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

A praia da comunidade do Sono tem pouco mais de 1.200m de extensão, partindo do canto bravo até o canto da barra. Logo acima da faixa de areia, uma 'rua' de amendoeiras marca o caminho por entre quiosques, restaurantes e áreas de campings. Também nesta faixa estão os ranchos de pesca, o rancho dos barqueiros que fazem a travessia até a rampa do condomínio, área para conserto de rede e o tacho de tingimento das redes – técnica tradicional mantida na Praia do Sono, mesmo com a chegada de novos materiais para a confecção dos apetrechos de pesca.

Paralelos ao caminho das amendoeiras e à praia, há, ainda, outros três caminhos e, ligando-os, há trilhas perpendiculares, margeando quintais e campings com limites marcados por cercas vivas. Três dessas trilhas se estendem em direção ao morro, seguindo o rio da Barra e outros riachos. De costas para o mar, a trilha mais à esquerda segue em direção à antiga estrada do Sono (que desmoronou no começo dos anos 1990), passando por roças e casas de farinha. As outras duas sobem o Morro da Barra, se encontrando no alto e seguem em direção do pico do Barrocão, como é chamado na comunidade, ou pico da Jamanta, como ficou conhecido mais recentemente. Este pico chega a mais de1082m de altitude.

TERRITÓRIO

Estende-se de Laranjeiras à Praia dos Antigos; e do litoral ao Morro do Barrocão (ou pico da Jamanta) e aos fundos do Saco do Mamanguá. Existe uma relação histórica entre os caiçaras da Praia do Sono e os caiçaras das vilas e localidades do Saco Mamanguá. O uso de recursos do mangue, como a caixeta, faz parte da tradição cultural da Praia do Sono.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Toda a vila caiçara da Praia do Sono encontra-se em situação litigiosa de propriedade, com ação judicial em fase de análise pelo STF, movida pelo Estado contra a família Tanus, reivindicando as terras como públicas. O Plano de Manejo da APA de Cairuçu reconhece as áreas de uso e moradia dos caiçaras da Praia do Sono, incluindo áreas de uso tradicional da mata e roças. Um projeto motivado por condicionante do licenciamento ambiental do Pré-Sal, exigido pelo IBAMA e realizado pela APA de Cairuçu (em curso), busca mapear a situação fundiária de toda a UC.

Seu Juquinha consertando a rede e crianças brincando ao fundo.
Foto: acervo OTSS

PESCA, AGRICULTURA E USO TRADICIONAL DA MATA

As técnicas tradicionais da pesca seguem vivas na comunidade caiçara da Praia do Sono. As relações sociais na pesca artesanal revelam fluxos de trocas simbólicas e materiais entre as muitas comunidades caiçaras da região da Bocaina. Canoas, remos, redes, cabos e demais petrechos são confeccionados e vendidos ou trocados pelos pescadores entre si.

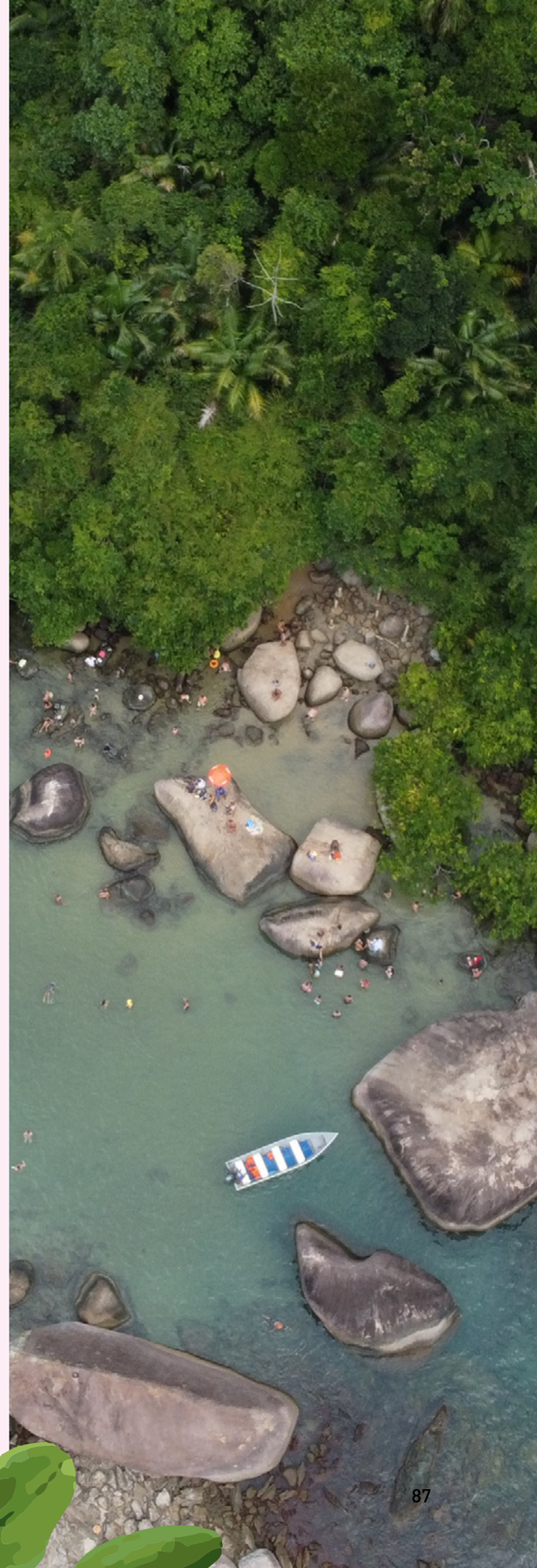
Na Praia do Sono, há mais de 10 pontos de cerco, além de diversas áreas para outros tipos de pesca. Grande parte da produção pesqueira é para a subsistência e o comércio local voltado ao turismo (quiosques e restaurantes). Um pequeno excedente é vendido para peixarias do centro de Paraty.

A prática da escalada e salga do pescado, destacada pelos varais de peixe seco, é ancestral e está relacionada à preservação do alimento, vindo dos tempos em que a vila não era abastecida por energia elétrica. Essa prática segue, mesmo após a chegada da luz, e se estabelece como importante elemento da cultura caiçara da Praia do Sono.

“Você vai cercar tainha na canoa, o peixe nem percebe que você está cercando. Você vai devagarinho no remo, você não pode nem puxar muito “avocado” pra não fazer barulho na água, você vai devagarinho. Então, você consegue cercar o peixe sem ele perceber, agora o bote a gente já percebe, mas o pessoal gosta do bote porque é rápido, entendeu? Mas, às vezes, perde muito peixe por isso. E você vê que na Trindade, o pessoal lá eles não cercam peixe de bote. É tudo na canoa também, eles não gostam de bote pra cercar peixe, eles só trabalham na canoa. Por isso que eles reclamam que o pessoal vai daqui pra lá pescar, o pessoal da Ponta Negra, vão pra lá porque vão de bote, então espanta muito peixe. Eles ficam bravos, não gostam, porque eles lá trabalham na canoa”

Seu Eni Manoel Albino, pescador da Praia do Sono, 57 anos

Os conflitos históricos enfrentados pela comunidade levaram a uma considerável redução da agricultura e do uso tradicional da mata. Não há mais casa de farinha ativa e as roças remanescentes servem à subsistência. Planta-se: mandioca, milho, feijão, cana, cará, batata doce, inhame, abacaxi, cítricos e outras frutas.



Abaixo, trecho de entrevista com a dona Iracema dos Santos, caiçara da Praia do Sono que nasceu em 1931:

E como era a vida antes? Com sua mãe; qual é a diferença que a senhora sente para o que é agora?

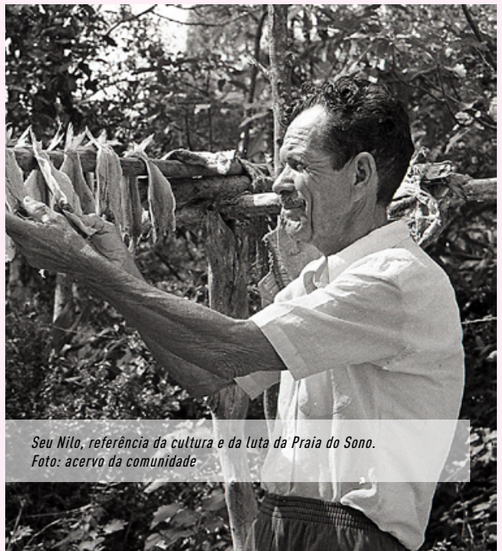
É muito diferente, é diferente. Naquele tempo, a gente ... Era um tempo muito difícil, né? Cansativo pro povo, era difícil. Aqui mesmo não tinha como a pessoa pegar um dinheiro, ganhar um dinheiro. Ia para Santos, para o Rio, todo o lado aí, para Ilha Grande. Meu pai mesmo trabalhou muito tempo em Santos. Vocês eram tudo pequeno e ele foi para Santos trabalhar. Quando tinha para mandar dinheiro para casa, ele mandava. Quando não tinha, ele não mandava. Ou ele mesmo vinha trazer. Trazia um dinheirinho aí, deixava para a gente e ia de novo. Por muitos anos da vida dele. E a necessidade que a gente passava no intervalo que ele não tinha dinheiro? Comia mesmo a banana, a batata da roça.

A farinha, o peixe...

É que aqui sempre foi uma praia de fartura de peixe. Nunca faltava, era difícil quando faltava o peixe. Aí a gente tudo se criou assim mesmo, com toda a pobreza, mas, graças a deus, tá todo mundo aí, né? Quem já foi, foi porque chegou a hora mesmo de ir. Mas passar necessidade, passar fome assim... Ninguém. Não teve isso não, graças a deus. Com toda a pobreza, mas todo mundo criou os filhos. Tinha mãe aí de sete filhos, nove, dez... Todo mundo trabalhando na roça. Todo mundo criou os seus filhos.

E onde você acha que aqui tem menos hoje? As pessoas estão usando o produto da roça? A senhora acha que tem menos pesca?

É... Nesses tempos agora as pessoas querem mais serviço em terra, né? Trabalhar mais fácil. E aí já complica mais porque as pessoas que falam que as coisas vão melhorar, num momento, se torna pior. Porque já falta o dinheiro, tudo caro. Já faltou dinheiro naquele tempo, mas se colhia mais da roça do que comprava. Plantava feijão, plantava tudo o que precisava. E a roça era só para plantar mandioca mesmo, para fazer farinha. Feijão e as outras coisas, tudo se plantava. Era difícil quem comprava. O dinheiro pouco que ganhava era para comprar roupa, para pagar alguma coisa que a gente devia. Já hoje não, hoje o pessoal passa melhor, mas dinheiro também já falta, né? Tá mais difícil as coisas.



Seu Nilo, referência da cultura e da luta da Praia do Sono. Foto: acervo da comunidade

PRÁTICAS DE CUIDADO E SAÚDE

Dona Iracema dos Santos conta como era o cuidado com a saúde quando não existia política pública para o atendimento e os conhecimentos dos mais velhos eram valorizados:

E quando alguém ficava doente, Dona Iracema?

Quando fosse coisa assim, uma dor de barriga, uma febre, a pessoa já sabia que remédio ia usar. Porque os mais velhos, os mais velhos que a gente, já tinham experiência do remédio a pegar, né? Para uma dor de barriga, para uma febre, para uma dor de cabeça e coisas assim. Já hoje não, hoje a pessoa sente um pouquinho e já vai logo para Paraty.

Tinha muito remédio caseiro, né? Erva, né?

Tinha santa maria, maria preta, coisa de machucadura, erva de passarinho. Quanta erva de passarinho eu tomei. Minha mãe coloca e espremia para eu tomar.

A senhora acha que tem menos dessas plantas por aqui?

Eu acho que sim, porque eu tô caminhando, saindo por aí, mas quase não vejo, não. Só vejo mesmo algumas coisas que a gente planta aí, que as crianças plantam. Mas, de primeiro, todas as pessoas saíam para o mato pegar suas folhas para fazer os remédios.

Dona Lucilene

FESTAS E CELEBRAÇÕES

Formas de expressão

Pilota = pedra

Bitocão/baita = grande
Jundu
Cambote = tombo
Peral
Luzerna = fogo grande
"de primeiro" = antigamente
Afiuzo = espera
Facho ou fachilete = lanterna
Andejo = andarilho
Barraqueiro = turista
Folia de Reis
Bordado
Limpeza de tainha da cachoeira – escalar a tainha ou consertar o peixe
Comedor de farinha de milho

Modos de fazer

Cercos (ver lugares)

Varal de Peixe Seco
Paçoca de Banana
Mundéu (armadilha de caça)
Esparrela de passarinho
Arapuca de passarinho
Grude de passarinho
Tingimento de rede com aroeira ou chorão e a quaresmeira
Gereré (pesca de siri)
Puçá (pesca de camarão)
Zangareio (pesca de lula)

Celebrações

Folia de Reis

Corrida de canoa
FestiJuá
Festas da Igreja Protestante
Festival de Inverno

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

• **Associação de Moradores** Originários da Praia do Sono (AMOSono) é ativa e atuante;

• **Criação de grupo de mulheres da Praia do Sono** se deu durante do processo de caracterização;

• **Associação de barqueiros** que organiza e gerencia a travessia de moradores e turistas ente a rampa no condomínio Laranjeiras e a praia;

• **Grupo de Bordadeiras** que promovem oficinas de bordado na comunidade. Os bordados representam a cultura caiçara da Praia do Sono e é premiado em diversos festivais.

• **Grupo de mulheres de luta pela educação diferenciada caiçara,** que conquistou o direito à educação para a comunidade.

• **Rádio Caiçara** - rádio comunitária gerida pelo Zaquel, que é deficiente visual, sintonizada pela FM 88,3.

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E RENDA

• **Educação:** Escola fundamental até o 9º ano (conquista recente da comunidade é a implantação do segundo segmento do ensino fundamental na escola, por meio do Coletivo de Educação Diferenciada de Paraty).

• **Saúde:** Posto de saúde ocupa a sede da Associação de Moradores Originários do Sono (AMOSono), com presença de ESF.

• **Saneamento:** Implantação de saneamento ecológico piloto, pelo OTSS, em algumas residências caiçaras (notadamente as mais próximas ao rio), na escola e sede da AMOSono. A Coleta de lixo ocorre de forma irregular por barco contratado pela prefeitura e com rota "por fora" da península do Cairuçu (por proibição de passagem dos resíduos pelo Condomínio Laranjeiras).

Tradição do futebol de areia, cujo momento maior é o FestiJuá.

Ameaça causada por grandes empreendimentos, turismo predatório e especulação imobiliária

Fala a respeito do impacto do turismo de massas sobre a cultura caiçara na Praia do Sono:

> “Nem é todo mundo que pesca, aqui no Sono agora tem pouco pescador, muito pouco. Essa rapaziada agora ninguém quer saber mais de pesca, você chama pra arriar o cerco ninguém vai. Ninguém quer saber de pesca depois que entrou o turismo o pessoal esqueceu da pesca. Porque o turismo é bom, você ganha dinheiro, mas a gente não pode esquecer da pesca também, se a gente parar de pescar aí acaba o peixe da comunidade”

Seu Eni Manoel Albino, pescador da Praia do Sono, 57 anos

Abaixo, um trecho de entrevista com o pescador Eni Manoel Albino, respondendo a perguntas sobre a pesca industrial e o tráfego de petroleiros e seus impactos na pesca artesanal:

E essa pesca do cerco ela serve para consumo da família e também vocês comercializam?

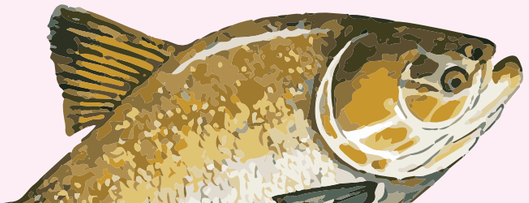
É, a gente vende o peixe pra Paraty e também pra gente, pro consumo aqui da comunidade, nosso, da família. Eu costumo falar que o cerco aqui no Sono é o açougue, porque todo mundo se alimenta do cerco. O falecido Antônio sempre falou pra mim que essa rapaziada, essa garotada agora, adolescente, foram tudo criado com peixe de cerco. Porque não tem açougue, é o cerco. As pessoas pegam peixe de manhã pro almoço, a tarde pega pra janta, uns chegam a salgar o peixe pra secar pra vender também. Então todo mundo se alimenta do cerco, é uma fonte que a gente tem pra consumo.

Você acha que antes estava mais forte?

Antes era mais forte, dava mais peixe. Agora dá pouco, mas antes eu lembro, quando eu era menor, trabalhava com meu pai, às vezes a gente passava o dia todo tirando peixe da rede. Era muito peixe, agora deu uma diminuída. Tipo igual o galo, que a gente chamava o galo grande, a gente matava muito no mês de novembro, dezembro, matava muito peixe galo, olhudo, tipo o carapau mesmo, que antes dava muito mais. Agora o único peixe que dá de fartura pra nós aqui é o carapau, mas não dá tanto quando dava antes, o bonito, a cavala, a sororoca, nossa era muita quantidade de peixe. Até a tainha mesmo, eu lembro que o papai que pescava com a rede tainha, o papai, o seu Antônio, matavam muito peixe mesmo. Agora a gente mata, mas é pouco, não mata em quantidade que eles matavam antes, porque não tem, os peixes parecem que estão se acabando, estão diminuindo muito.

Todo mundo fala isso mesmo, que o peixe diminuiu muito.

Mas eu ainda acho que quando nós pescávamos na traineira não tinha essa aparelhagem que tem agora, o sonar, radar, a gente tinha muito mal uma sondazinha preta e branca que só marcava o peixe no fundo, você via aquela manchinha preta, você sabia que era peixe. Se tivesse um bico você sabia que era parcel, então a gente matava quando você via, igual o “piloteiro”, o vigia, o barco ficava lá com a lanterna a noite toda, então você via na ardentia o peixe, a sardinha. O peixe queimava na ardentia, você via aquele clarão, então a gente cercava assim. Agora não, os mestres de barco hoje em dia, pula dentro da cabine, no sonar, só cerca o peixe no sonar, então o peixe que está aqui em 1.500 metros daqui pra frente ele já sabe que o peixe está lá, já sabe a quantidade de peixe que tem. Então isso tudo vai acabando, antes o maior barco que tinha pra pescar era 70 toneladas, 60 toneladas. Hoje não, é barco de 200, cento e poucas toneladas, então imagina aquilo tudo de barco igual tem no sul? Aqueles navios, carregados de cabo, matam os grandes, matam os pequenos, matam tudo. Aí vai acabando, vai diminuindo.



Pensar em uma legenda legal para essa foto. ensar em uma legenda legal para essa foto.

O QUE FOI MAPEADO

A comunidade caiçara da Praia do Sono trouxe para os mapas os lugares mais simbólicos de sua cultura. Destacam-se espaços coletivos relacionados à atividade pesqueira, como as áreas para esticar varais de peixe, do tacho para tingimento das redes (o tingimento é feito com cascas da aroeira ou da quaresmeira) e dos ranchos para guardar barcos e petrechos.

Outros pontos mapeados que estão relacionados à pesca são as pedras, costões, lajes, parcéis e ilhas que têm relação com pesqueiros ou servem de referência à navegação. Importante destacar que vários desses lugares tiveram seus nomes alterados ao longo do tempo ou têm nomes diferentes na Praia do Sono e na Ponta Negra, por exemplo. Algumas pedras receberam nomes de pessoas que passaram algum "perrengue" próximo a elas.
No continente, foram destacados caminhos que levam a roças e a outras comunidades, além de algumas construções destacadas, como a escola, a sede da Associação de Moradores e a igreja evangélica. Ao todo, 96 itens foram colocados no mapa da Praia do Sono, entre eles: pontos turísticos, cachoeiras, mirantes e roças.

Landinho, pescador da Praia do Sono.

COMUNIDADE CAIÇARA DO SONO

Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica
- Morro
- Ilha
- Mirante
- Pedra
- Caléu
- Barra do rio
- Várzea do rio
- Cachoeira
- Poço
- Captação de água
- Bambuzal
- Roça
- Bananal
- Casa de caiçara
- Rancho de pesca
- Varal do peixe seco
- Lajes e parcéis
- Pesqueiro; Arpoador
- Cerco de pesca
- Pesca de lula
- Campo de futebol
- Associação comunitária de moradores
- Extrativismo
- Bananal
- Bambuzal
- Sapezal
- Roça
- Sítio de caiçara

Turismo e comércio local
- Comércio de caiçara
- Quiosque caiçara
- Praia

Infraestrutura e serviços públicos
- Escola
- Igreja
- Igreja Evangélica

Conflitos socioambientais
- Conflito de território
- Rota do lixo

Outros elementos
- Rotas marítimas
- Trilha
- Rio, córrego

Detalhe da Comunidade

Pedrão, Zé, João, Mãe d'Água, Cocal, Raiz do Sono, Josi, Jadson, Xandi, Ana, Maia, Canto Bravo, AMOSono, Josiane e Mek, Quintal, Praia das Pedras, Praia do Sono, Cantinho do Sono, Varal do Peixe Seco, Moacir, Roça de Feijão do Mirindo, Roça de Feijão do Juca, Jorge, Jorge, Juca, Trilha do Poço do Jacaré, Sono - Saco do Mamangá, Laranjeiras - Sono

Laranjeiras - Saco do Mamangá; Córrego da Toca do Boi; Rio Iriró; Rio das Laranjeiras; Córrego da Jamanta; Sono - Laranjeiras; Sono - Saco do Mamangá; Trilha do Poço do Jacaré; Rota do lixo para Paraty

Laranjeiras; Ponto da van para travessia; Condominio. Especulação imobiliária; Ilha da Praia Vermelha; Ilha da Pesca; Ponta da Biquinha; Pontinha da Galeta; Praia da Galeta; Laje da Galeta; Tapecirica da Galeta; Corrego Seco; Ponta do Córrego Seco; Laje do Deco; Laje do Araújo; Roda do Inferno; Racha do Inferno; Pesqueiro do Sobrado; Pedra do Cogumelo; Laje do Boqueirão; Zaratório; Pedra Miúda; Corre de Faca; Rosto da Andorinha; Edivaldo; Cachoeira das Pedras; Arpoador; Praia das Pedras; Cocal; Pedrão; Zé; João; Mãe d'água; Sono; Casas caiçaras; Praia do Sono; Moacir; Jorge; Largo do Sono; Bambuzal do Didico; Poço do Jacaré; Bambu gigante; Tivar; Timina; Cachoeira Grande; Margarida; Didinho; Isaias; Roça do Isaías; Sítio da Vilma; Simão; Jorge; Juca; Tombeador; Getúlio; Naninho; Alziro; Espia; Tapicirica; Caçoeiro; Eni; Celinha; Ponta do Sono; Caê; Suspiro; Saco do Serafim; Inês de Terra; Inês de Fora; Caiéu dos Antigos; Pontinha dos Antigos; Paineras; Pesqueiro de Lula; Ponta do Furado

532.500; 535.000; 537.500; 7.422.500; 7.420.000; 7.417.500

N, W, E, S

0 500 1.000 m

PONTA NEGRA

“A cultura caiçara, daqui da Praia Negra, de todo o lugar aqui das costeiras, sempre foi isso. É pesca. Pesca de cerco flutuante. Pesca de todo tipo... artesanal, né? E é roça também, que a gente planta de tudo um pouco. E eu faço artesanato com as coisas da mata. E tudo o que a gente precisa, pra pesca, pra roça, pro artesanato, a gente busca na mata. Essa é a nossa cultura, né? E agora, pra viver, tem também o turismo, que foi chegando. E tem um pessoal aí, que vive de alugar de casa, de restaurante... eu mesmo, vendo meu artesanato pros turistas e também pra enfeitar as casas, os restaurantes”

Seu Francino Marcelo dos Santos, 65 anos.

TEMPOS E ESPAÇOS

A Ponta Negra, ou Praia Negra, como defendeu um dos entrevistados neste processo de caracterização, é uma comunidade voltada ao sul e está próxima à ponta leste da península da Juatinga/Cairuçu. Sua pequena praia está entre duas pontas, costões rochosos e sob um íngreme vale. Dela, quase não se veem as casas e demais construções da vila caiçara. O acesso é feito praticamente pelo mar, visto que as trilhas que levam até lá passam por subidas e descidas de altos morros e demandam forte preparo físico de quem se aventura por elas.

As construções da vila da Ponta Negra acompanham o rio, que desce pelos canais de drenagem, vales do conjunto de montanhas da península. Ela está aos pés do pico do Cairuçu, o mais alto, que ultrapassa os 1.000 metros de altitude. É uma vila recôndita, local ideal como esconderijo de piratas em tempos coloniais ou de refúgio do "corre-corre" de dias atuais.

Sua formação se assemelha às demais comunidades caiçaras da região, com presença de moradores há mais de 150 anos. Há contradições perceptíveis entre as histórias contadas por diferentes interlocutores quanto à ocupação original da Ponta Negra. Porém, como a noção de propriedade sobre a terra é algo relativamente novo na região, pode-se afirmar que há uma grande comunidade caiçara da Juatinga, que une, em irmandade, todas as comunidades da península.

Um dos interlocutores entrevistados pelo Povos, o comerciante Teteco (Adenício dos Remédios), afirma que sua família está na Ponta Negra desde o seu tataravô e que a cachoeira do Moisés, um ponto de referência local, teria esse nome em homenagem a ele. A mãe do Teteco, dona Adilarda de Alcântara Jesus dos Remédios, é nascida em 1938, na Ponta Negra.

"Nasci na Ponta Negra com parteira, de parto normal. Minha mãe e meu pai nasceram lá também. Meu pai é de 1928 e minha mãe de 1938. Tinham dez anos de diferença entre eles. É bem possível que meus avós tenham nascido lá também. Porque eu acho que a minha família é a mais antiga da Ponta Negra. A gente tem uma referência interessante lá na família, porque fala assim, cachoeira do Moisés lá na Ponta Negra, sabe? E Moisés era o bisavô da minha mãe"

Adenício dos Remédios, comerciante da Ponta Negra, 50 anos

Já o pescador Nelson da Costa é categórico em afirmar que os primeiros a ocupar a região vieram bem depois, e se assentaram no caminho da cachoeira do Saco Bravo, um poço voltado à leste, na ponta da península.

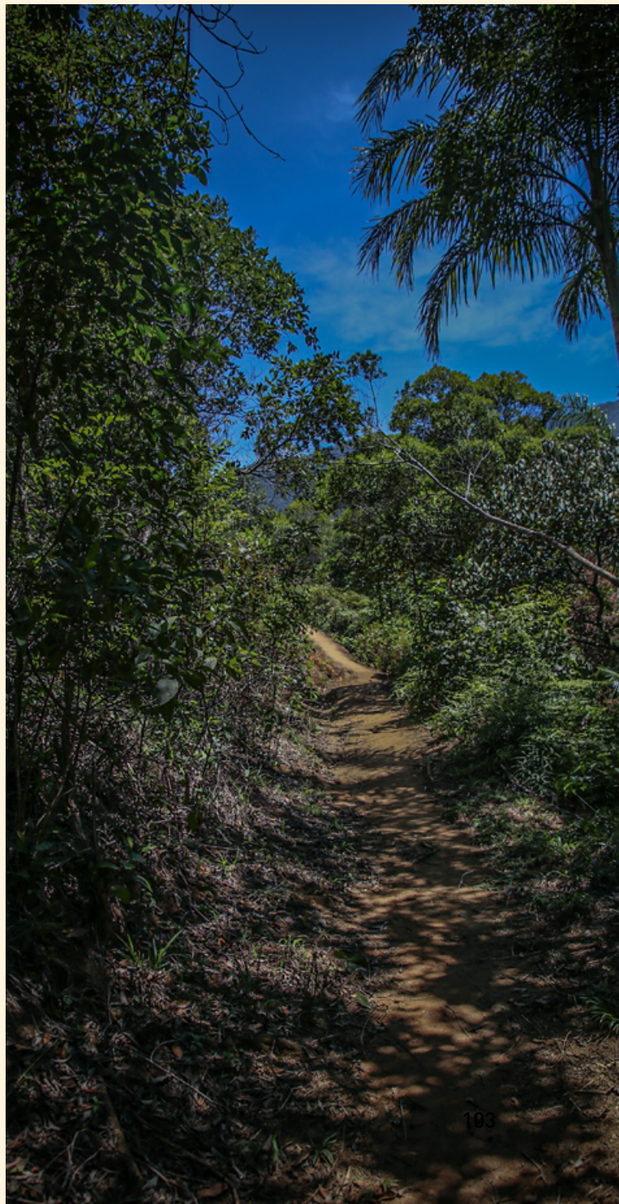
"Eu não sei de onde vieram meus avós. O meu avô eu conheci, meu bisavô eu não conheci. O meu bisavô era senhor de escravos, ele tinha não sei quantos escravos. Agora, o meu avô não tinha escravo. Eu conheci meu avô, meu avô morreu velhinho, morreu quase com cem anos - daí para lá. Agora, de onde veio? Porque aqui mesmo na Ponta Negra, é o seguinte, não tinha morador. O tempo dos meus avós, do meu bisavô, do meu pai, não tinha morador aqui dentro. Aí entrou uma família aqui dentro, que eu não sei de onde entrou essa família. A gente procurou saber deles, dos mais velhos, do meu avô... Quando criança, a gente procurou saber deles, de onde veio essa família, se veio de Ubatuba, se veio de lá de São Sebastião, se veio de Caraguá, se veio aqui de Guará, se veio de Angra dos Reis ou de outro lado. Mas entrou uma família aqui"

Seu Nelson José da Costa, agricultor e pescador da Ponta Negra, por volta dos 80 anos

A Ponta Negra foi a última comunidade a ter rede de energia elétrica implantada, no ano de 2017. Até pouco tempo atrás, o turismo era restrito a pequenos grupos e não se apresentava como principal fonte de renda. Porém, com a chegada da luz e a "descoberta" da cachoeira do Saco Bravo, a comunidade passou a receber mais turistas e não somente na temporada de verão.

"Hoje a principal atividade é turismo e, nele, o que gera renda é o transporte da Laranjeiras para a Ponta Negra. Depois vem o aluguel de casas e chalés e restaurantes. Hoje também tem muito o serviço da trilha, os trekkings, principalmente para levar o turista para o Saco Bravo"

Adenício dos Remédios, comerciante da Ponta Negra, 50 anos



OCUPAÇÃO TERRITORIAL

O território da Ponta Negra se estende da Praia dos Antigos ao Cairuçu das Pedras, incluindo o Saco Bravo e ilhas; no continente, sobe o morro até o pico do Cairuçu. Nos morros e próximo aos caminhos tradicionais da Juatinga, há áreas de roças e de uso da floresta, como apontado no mapa produzido pela comunidade.

Assim como a Praia do Sono, a comunidade está sobreposta por terra privada reivindicada pela família Tanus (grilagem). Em 2022, a comunidade está na expectativa do processo movido pelo Estado contra a família Tanus voltar à pauta do Supremo Tribunal Federal. Também em 2022, foi realizado estudo sobre a situação fundiária, ainda não publicado.

> “O que fez vir morar na cidade, que teve esse êxodo a partir da década de 80, dali, foi a questão da educação, da escola. Muitos vieram para Paraty para poder ter os estudos. Então, a gente fica assim, indo e voltando. (...) Tenho 11 irmãos, nós somos 12 filhos, 11 homens e uma mulher. Todos nascidos na Ponta Negra de parto normal também. Hoje, assim, vivendo 365 dias no ano, o tempo todo lá na Ponta Negra, só tem dois. Que todo mundo veio pra cidade, pros filhos estudarem, né?”
>
> Adenício dos Remédios, comerciante da Ponta Negra, 50 anos

Segundo o estudo “A Vida na Ponta Negra”[1], de 2011, realizado como forma de subsidiar a recategorização da REEJ/Inea (recategorização, esta, até hoje não finalizada), naquele ano a situação fundiária era:

a) O domínio das terras é na sua maioria na forma de posses.

b) Há um pequeno número das posses que têm escritura (documento que torna válido um contrato).

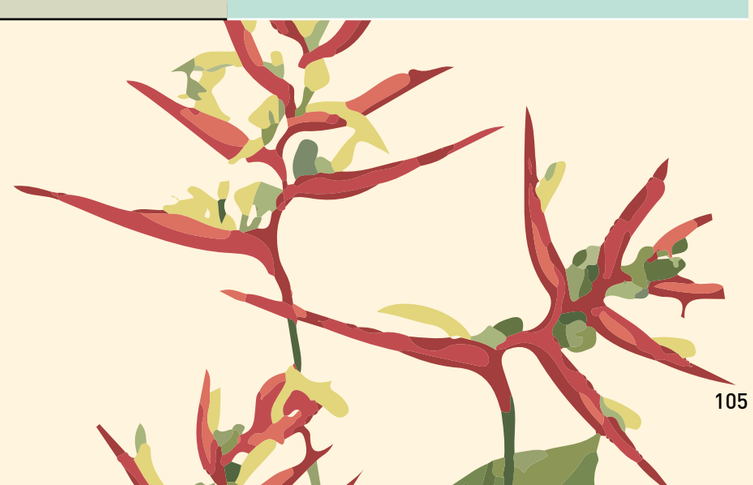
c) Alguns particulares detêm escrituras registradas em Cartório que representam grandes áreas, na sua maioria em cima de áreas ocupadas por comunidades caiçaras.

d) Pelo interesse econômico e turístico, essa situação tem gerado conflitos sérios e tem exposto as comunidades a pressões para deixar suas terras de origem.

Além de estar sobreposta pela REEJ, a Ponta Negra também é sobreposta pela APA de Cairuçu, sendo que o plano de manejo desta última (cuja atualização se deu de forma participativa no âmbito do conselho) reconhece a vila Caiçara e áreas de uso tradicional da mata e roças.

Segundo o estudo de 2011, havia na Ponta Negra o total de 122 construções. Passados onze anos, estima-se que as construções tenham ultrapassado o número de 150. Para efeito de comparação, seguem os dados de 2011, com comentários atuais (não está considerada a tragédia de abril de 22):

DADOS DE 2011	DADOS ATUAIS (ESTIMADOS)
64 casas de nativos, sendo 56 para moradia e 8 para aluguel	Aproximadamente 150 construções no total
2 restaurantes/bares	5 restaurantes, bares ou quiosques e 1 padaria
12 ranchos de pesca	12 ranchos de pesca
3 áreas de camping	6 áreas de camping
5 casas de farinha	3 casas de farinha
1 escola municipal	1 escola municipal
1 sede Associação Moradores	1 sede Associação Moradores
2 igrejas	2 igrejas
0 posto de saúde	1 posto de saúde



Desastre climático

Em abril de 2022, fortes chuvas provocaram escorregamentos de encostas, alagamentos, isolamento de diversas comunidades e muita destruição em todo o litoral sul do estado do Rio de Janeiro e norte do estado de São Paulo.

Em Paraty, a Ponta Negra foi a comunidade mais atingida, com muitas casas soterradas ou arrastadas pela lama que desceu com força bruta pelos vales da comunidade. A tragédia foi marcada pela morte de uma família inteira: a mãe, Lucimar de Jesus Campo e seus sete filhos, com idades entre 2 e 17 anos – João, Estevão, Yasmim, Jasmim, Dorqueu, Luciano e Lucimara. A família vivia em uma casa de pau-a-pique, que foi soterrada.

Estevão de Jesus Campo, um dos meninos que faleceu na tragédia

A tragédia marcou toda a comunidade que, consternada, se mobilizou pelo apoio e a solidariedade de toda a cidadania paratiense e de todo o Brasil. Além da tristeza pela perda de toda a família de Lucimar, a comunidade ainda viu várias outras casas desabarem e móveis, eletrodomésticos, instrumentos para confecção de artesanato e petrechos de pesca, ferramentas de roças e comércios voltados ao receptivo turístico se perderem nas enxurradas. Campanhas para arrecadação de alimentos, água, medicamentos e outros itens de necessidade básica foram lançadas e a solidariedade dos brasileiros chegou à comunidade, para diminuir a dor e os prejuízos causados.

Passados sete meses da tragédia, a Associação de Moradores Nativos e Amigos da Praia Negra informa que ainda aguarda o laudo técnico e início das obras de contenção, pela prefeitura de Paraty.

Pensar em uma legenda legal para essa foto. ensar em uma legenda legal para essa foto.

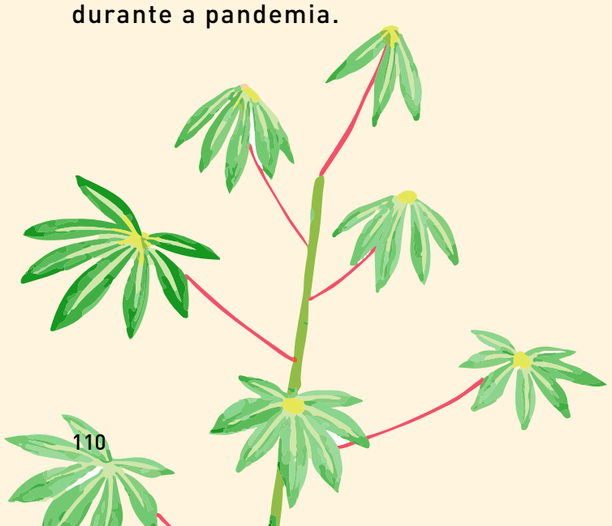
Economia local e práticas de subsistência: pesca, agricultura e extrativismo

A Ponta Negra é uma comunidade cuja vocação turística vem se intensificando nos últimos anos. Porém, a pesca segue sendo uma das principais fontes de alimento e renda.

Os pescadores da Ponta Negra vendem o pescado para peixarias no município de Paraty. Relatos afirmam que o preço pago é muito baixo, porém, não há alternativa para o escoamento do excedente da pesca. Nos últimos anos, houve uma retomada de áreas de cerco, principalmente após a pandemia.

Roça tradicional

Algumas falas, principalmente dos entrevistados mais velhos, apresentam certo ressentimento com a juventude que não quer mais plantar. Porém, durante o processo de cartografia social do Povos, foram apontadas diversas novas áreas de roça, "reconquistadas" ou reabertas durante a pandemia.



"Só o Juarez e o Adilson... mais ninguém tem casa de farinha aqui não. Sabe por causa de quê? No tempo do meu pai, no tempo dos meus avós, a gente comia coisa da roça pura. E hoje a gente precisa comprar no comércio, e já vem tudo cheio de química. Feijão, abóbora, melancia... é tudo secado em estufa, essas coisas. Mas antes não, tudo vinha lá da roça. Coisa boa vinha de lá. Melhorou por uma parte e piorou por outra. Aí teve isso. Deixe eu te falar uma coisa, o que está acontecendo dentro dos lugares, não é só aqui. É em tudo quanto é parte. Acabou a roça, ninguém planta cana, ninguém planta café, ninguém faz nada. E de primeiro não, minha mãe quebrava o café com a pedra. Socava com a pedra de vez para poder torrar. A gente fazia o café, entendeu como é? Hoje não. Hoje bate lá em Paraty para comprar um quilo de café, dois quilos de café, e o café não dá tinta. E por que não dá tinta? Porque tá tudo misturado com outras coisas. E o feijão? Quando eu falo para o pessoal daqui, eles ficam olhando para minha cara, dando risada. Eu falo "é porque não aconteceu com vocês". O terreno daqui tirava o feijão da roça, tirava a mandioca da roça, a farinha, a cana... A gente moía a cana, nós fazia engenho para moer cana, não comprava açúcar. O meu pai, na casa dele, comprava um quilo de açúcar para fazer o café. E o resto era café de cana. A gente criava, plantava café, colhia café, não comprava. Hoje não. A farinha, depois de a terra dar, vai comprar em Paraty a quinze conto. Daqui primeiro comia da roça, não precisava de nada disso. Comia aipim, comia batata, comia - não sei se vocês conhecem - o cará, a taioba. Tirava tudo da roça. Hoje não, tem que ir para Paraty comprar"

Seu Domingos José da Costa, agricultor, pescador e artesão da Ponta Negra

Abaixo trecho de entrevista com o artesão Francino Marcelo dos Santos, de 65 anos, sobre sua vida, o manejo da floresta para o artesanato, a pesca e roça.

O que vocês têm aqui da mata que é manejado? Pra fazer canoa, pra tingir rede?

Então, essa parte eu vou deixar com o Juarez. Negócio de canoa, pintura de rede aí... eu deixo pra ele, porque ele trabalha com isso aqui há tempo. Eu vou conseguir destacar a minha parte, que eu trabalho com artesanato. Eu sou artesão, então eu uso cipó da mata, cipó timbopeva, pra fazer a cesta, pra fazer fruteiro, luminária, essas coisas. E trabalho com madeira também pra fazer os pés da fruteira, que é peroba.

E a gente pode ver depois, esse artesanato? Tem dele por aí?

Tem, tem aqui a fruteira, a fruteira grande. Tem ali no Careca também. A luminária também tem ali no Careca. Tem kulelê também e por aqui também pela comunidade, tem muita por aí. Mas tem por aqui na praia é mais perto pra você ver. E o que mais? Também faço oficina de sapê também, trabalho.

E o sapê ainda tem?

O sapê tem pouco, aqui tem pouco. Onde tem mais é lá em casa, no sul das pedras.

Ainda tem alguém que faz coivara por aqui?

É, como se diz, tem algum. Porque o sapê você precisa da coivara. O sapê é o seguinte, o sapê primeiro você tira o primeiro ano, o segundo você já tem que queimar, se não queimar a tendência dele é morrer e acabar. Então você queima ele. A mata toma ele.
Isso, isso. E o que mais? Assim, também um manejo pra tirar o cipó. Porque o cipó é uma coisa que a gente tem que tirar, vai tirando aos pouquinhos. Não pode tirar tudo de uma vez, se tirar acaba. Aí a gente sai, eu vou aqui na Ponta Negra, eu ando por aí tudo, vou até lá em cima, no mato do Gibrail. Vou na parte aqui até o Maximiano, vou aqui na Vagem. Enfim, eu ando na mata inteira, onde tem eu vou buscar.

E tem uma época do ano que é melhor?

Não, o ano inteiro. É só tirar o que tá maduro, não pode tirar o que tá verde. Que o verde não aproveita, é só o maduro.

E nessas suas caminhadas, tem visto muito bicho?

Tem. Com tudo isso que hoje está escasso, porque a desmatança é muita. O exploramento de bicho é muito, mas ainda tem muito. Ainda encontra muito aí.

E de fruta? Tem alguma fruta que coleta da mata atlântica?

Tem, tem algumas. Uma fruta que dá no cipó também, que é quase como uma uva, abutua. Também é muito boa. A fruta do guacá também é muito útil pra comer. Ela é muito ácida, mas ela é boa.

Dá pra fazer suco?

Dá, tranquilo.

Tem algum uso, além do artesanato, dessas madeiras, das coisas da mata? Tem alguém aqui que ainda faz canoa?

O Juarez. O Juarez faz canoa, faz remo, faz gamela.

E roça?

Roça eu tenho também. Inclusive eu trabalho na roça. Hoje em dia eu... Antes de ontem eu tava falando lá com os meninos lá na piscina do Saco Bravo. Eu nunca pensaria na minha vida de um dia ser monitor, e hoje eu sou. Depois do curso que a gente fez aqui, aí na sede, com o pessoal do Inea, e a gente como se diz, pegou o crachá de monitor. Hoje eu trabalho com turista. Aí eu trabalho com turista, trabalho com artesanato, trabalho na roça e de vez em quando eu dou umas pescadas também. Eu gosto de pescar.

Pesca de onde? De linha ou de rede?

De pedra, como se diz, tanto faz de linha na mão como de vara também. Eu gosto muito.

De arpão não?

Não, de mergulho.

E essa que "arpoa" de cima da pedra?

Isso aí, também, é uma coisa que é bom a gente deixar claro, que isso aí era mais do passado. O povo antigo que nem meu pai que era mais veterano daqui do lugar, então ele gostava muito dessa atividade. De sair de cima da pedra, de canoa, e sempre com um arpão pra fisgar o peixe. Agora hoje eu não sei onde tem mais isso, hoje pode fisgar de mergulho.

Entendi. E na sua roça tem o quê?

Na minha roça tem um bocado de coisa. A planta principal que eu planto é a mandioca, pra farinha. Aipim, banana, tem cará, tem batata doce, tem inhame, taioba, feijão também. Abacaxi também. Abacaxi eu não como, eu gosto de plantar (riso). Agora a gente tem maracujá, plantei também. Maracujá é muito bom pra suco, e hoje em dia, por aqui o pessoal tem bar, já é pra caipirinha.

Área de roça da Ponta Negra. Imagem de drone. Acervo OTSS

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

- **Associação de Moradores Nativos e Amigos da Praia Negra é ativa e atuante.**
- **Guias e condutores turísticos locais organizados e formados, principalmente para passeios até a cachoeira do Saco Bravo, com supervisão da REEJ/Inea.**
- **Associação Cairuçu aluga casa na comunidade como sub-sede e local de realização de projetos voltados à infância. O projeto é chamado pela associação (mantida pelos condôminos de Laranjeiras) de Centro de Educação Integrada Cairuçu (CEIC Ponta Negra).**

FESTAS E CELEBRAÇÕES

Formas de expressão

Contos caiçaras, causos

Comidas típicas

Tinha parteiras, hoje não tem mais.

Umbigo enterrado sob o Cambucá

Brinquedos feitos pelas crianças com isopor e outros materiais que chegam na praia – barquinhos; carrapetas

Totoa – escorregador com parte da folha de palmeira

Celebrações

Folia de Reis

FestJuá / Fut Juá

Festival Maré Cheia de Cinema

Modos de fazer

Pesca: cerco flutuante, mijuada; feiticeira; caniço; linha; espinhel; mergulho; rede artesanal

Extração do guia

Cestaria, artesanatos; tapetes: seu Francisco, dona Dália, Simone.

Coletivo de mulheres faz artesanato de bico com chita (mobilies)

Roça: farinha de mandioca, inhame, cará, feijão, cana, banana, hortaliças e pomar (complemento para a pesca)

Fogão à lenha

Tinta para pesca – uso da quaresmeira e da aroeira para tingimento da rede

Puxada de canoa – Ingá, Timbauíba

Uso do Sapê

Manejo de cerco flutuante no maritório da Ponta Negra

CONFLITOS E AMEAÇAS AO MODO DE VIDA

• **Família Tanus:** neto de Gibrail segue com ações em ameaça à permanência da comunidade em seu território, porém, hoje, essa ameaça é menos sentida, principalmente entre os jovens que não viveram o período de maior assédio sobre o território. Em 2022, a comunidade está na expectativa do processo movido pelo Estado contra a família Tanus voltar à pauta do Supremo Tribunal Federal.

• **Condomínio Laranjeiras:** constante violação do direito de ir e vir; ameaça por ampliação de área e implantação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) pelo condomínio; criminalização de comunitários que lutam por seus direitos ao livre trânsito, à pesca e usos do território sobreposto pelo condomínio.

• **APA de Cairuçu e Reserva Estadual Ecológica da Juatinga:** já não mais representam ameaça ao modo de vida, porém, há um temor de que a recategorização da REEJ leve à criminalização de algumas práticas e/ou à redução dos territórios de uso dos caiçaras.

• **Pesca industrial:** antecipa os cardumes e tem sido apontada como uma das responsáveis pela redução do estoque pesqueiro nos maritórios da pesca artesanal.

- Presença de grandes navios passando "por fora" da ponta da Juantinga, especialmente navios petroleiros que impactam a pesca.

- Relato de medo de vazamento de petróleo e outros acidentes relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás.

"Amanhecia, na época do inverno, cheio de piche na praia. Muitas vezes você não podia andar na praia, tinha que tirar. Muitas vezes eu peguei pá com os meus filhos pra ir limpando a praia com piche, porque ficava aquela mancha de óleo. Não podia andar, o pessoal ficava com o pé tudo manchado, com o piche na praia, muita coisa"

Vanderlei Souza Chaves (Lelei), pescador e comerciante da Ponta Negra, 60 anos

Abaixo, trecho de entrevista com Seu Nelson, pescador da Ponta Negra, sobre a rede que usa e as mudanças observadas no comportamento do mar e do clima.

A rede ali foi o senhor quem fez, seu Nelson?

A rede é minha esposa que faz.

Aquela ali, ela vem dessa cor mesmo, ou ela é tingida?

De lá ela vem dessa cor, agora, se eles tingem lá na fábrica eu não sei.

Tira e coloca num rolinho e vai enrolando, né? Bota na lata...

É, é, vem em tira.

É como se fosse um tapete, né seu Nelson?

É, é a mesma coisa que um tapete. Eu quero dizer uma coisa para você, que você está fazendo a entrevista, eu quero dizer uma coisa para você. Agora aqui nós estamos vendo, de uns anos para cá, uma calmaria de mar. O mar, ele se arrevolta, agora de tarde ou amanhã de manhã ele tá mais assim... E, de primeiro, eram oito dias.

O mar mudou, o senhor acha?

Mudou tudo! A coisa mudou tudo, mas tudo mesmo.

E o senhor acha que é por quê? Que mudou tanto assim? O clima ou o quê?

Ah, um outro diz "é o clima", outro diz "mas é a época, que vai deixar de existir e não sei o quê", o outro diz "é que vai voltar atrás e não sei o quê". É porque já estamos no fim do mundo, ou então no fim da picada. Quando pensar que não, se apaga tudo aí, um monte de gente aí. Segundo o que as escrituras falam, vai ficar um monte de gente sofrendo nesse mundo. Porque, de primeiro, eram oito dias, para o sudoeste batendo... Bambu cantava lá na praia, no bambueiro, lá na praia.

O QUE FOI MAPEADO

Os participantes da Ponta Negra mapearam 115 itens, entre pesqueiros, áreas de roça, pontos turísticos e lugares importantes à história e reprodução cultural da comunidade caiçara. Algumas práticas tradicionais foram apontadas, tais como a agricultura por pousio e coivara e o uso tradicional da mata para o artesanato e a confecção de petrechos da pesca. A sede da associação de moradores estampa alguns desses lugares mapeados, demonstrando o valor dado a eles pela comunidade. O mapa produzido evidencia elementos da cultura caiçara em sua relação com a natureza, as matas, pedras e costões e o mar.

COMUNIDADE CAIÇARA DA PONTA NEGRA

Áreas de uso e ocupação tradicional e histórica

- Morro
- Nascente
- Cachoeira
- Poço
- Pedra
- Caléu
- Costeira
- Saco
- Lajes e parcéis
- Pesqueiro; Arpoador
- Cerco de pesca
- Pesca de lula
- Pesca de arpão
- Maricultura
- Ilhote
- Praia
- Buraco
- Grota; Toca
- Associação comunitária de moradores
- Bananal
- Extrativismo
- Casa de farinha
- Campo de futebol
- Roça
- Roça antiga
- Terreno familiar caiçara

Turismo e comércio local

- Comércio de caiçara

Infraestrutura e serviços públicos

- Escola
- Igreja Evangélica

Outros elementos

- Rotas marítimas
- Trilha
- Rio, córrego
- Cicatriz de deslizamento Desastre Abril/2022

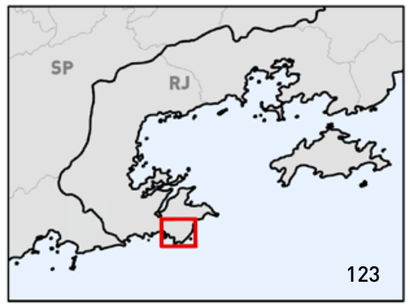
Centro da Comunidade

Trilha do Cairuçu das Pedras
Sr. Domingos
Associação de Moradores da Ponta Negra
Escola Municipal Ponta Negra
Bar do Lelei
Caieu
Pedra da Onça
Praia Negra
Pontinha
Caléu Grande
Baixinha
Duas Irmãs
Ponta Galhetas
Maneco da Marica

Córrego da Cachoeira Grande
Pico do Cairuçu 1.093m
Trilha do Pico do Cairuçu
Saco das Enchovas
Cairuçu das Pedras
Córrego da Ponta Negra
Córrego do Caju
Córrego Cairuçu
Madeira para canoa
Sono
Toca d'água
Poço da Julia
Cachoeira da Vargem
Poço do Moisés
Trilha do Cairuçu das Pedras
Rampa
Arpoador
Casca para tintura
Pesqueiro da Toca
Antigos
Antiguinhos
Ponta Negra
Campo de futebol
Casa de farinha
Juarez
Roça da Benedita
Sr. Domingos
Casa de farinha
Tesoura
Saco Figueira
Saco do Sarafim
Galhetas
Caléu Grande
Bar do Lelei
Marta e Adilson
Baixinha
Ponta do Saquinho
Maneco da Marica
Ilhote do Cairuçu
Racha da Andorinha
Furado
Bita
Duas Irmãs
Barro Corrido
Ponta do Furado
Costa
Perraiada
Ponta do Sono
Suspiro
Sr. Antônio (falecido)
Colvara
Antônio Conceição
Grota Funda
Pesca de enxova
Cadeieiro
Eliseu
Geci
Ana Fausta e Oswaldo
Antônio Conceição
Saco da Vaca
Macaãn
Saquinho da Ponta
Saco do Ingá
Saco da Fiddeira
Bate-bate de Terra
Panela
Lelei/Teteco
Bate-bate de Fora
Saco Grande
Saco Bravo
Dois Olhos
Adilson
Pingo d'água
Caçoeiro
Arpoador
Saquinho do Arpoador
Cabeça da Laje
Saquinho do Caieu
Buraco do Sargo
Cabeça da Laje

537.500 540.000 542.500 545.000
7.422.500 7.420.000 7.417.500

0 500 1.000 m



Projeto POVOS

Território, Identidade e Tradição

Informativo POVOS
Território da Cajaíba
2021

Executante

FioTec
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE

Empreendedor

BR PETROBRAS

Órgão Licenciador

IBAMA
MMA

A realização do Projeto Povos é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.

Parceiros

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
ANGRA • PARATY • UBATUBA

CONAQ
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

YVYRUPÁ
CGN

COORDENAÇÃO NACIONAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS

TERRITÓRIOS
CAI«ARAS DO SUL DE PARATY

Projeto POVOS
Território, Identidade e Tradição

TERRITÓRIO CAI«ARAS DO SUL DE PARATY